

TERMOMACAÉ S.A
CNPJ 02.290.787/0001-07
NIRE 33.3.0033003-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2020

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:

Realizada no dia 27 de abril de 2020, às 16 horas, na sede da Termomacaé S.A., situada na BR-101, Km 64, em Barra de Macaé, no 5º Distrito e Comarca de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:

Dispensada a publicação de Edital de Convocação conforme o disposto no parágrafo quarto do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (a “Lei das Sociedades Anônimas”), tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social.

Presente a única acionista representando a totalidade do capital social da Termomacaé S.A.: (i) Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista, com sede à Av. República do Chile, n.º 65, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, representada neste ato pela Sra. Francis Longo Cortazio Corrêa, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira Profissional nº 90.776, emitida pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 028.746.887-97, com escritório comercial na Av. República do Chile, 65 , sala 2001 – Centro - Rio de Janeiro – RJ, procuradora nomeada através do instrumento de mandato, documento que ficará arquivado na Companhia.

3. MESA:

Assumiu a presidência dos trabalhos o Diretor Presidente da sociedade, na forma do artigo 44 do Estatuto Social, o Sr. Wellington Gomes Lucas, tendo sido convidado para assumir a função de secretária a Sra. Francis Longo Cortazio Corrêa.

TERMOMACAÉ S.A
CNPJ 02.290.787/0001-07
NIRE 33.3.0033003-8

4. ORDEM DO DIA:

Matérias de AGO

- (i) Aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2019;
- (ii) Destinação do Resultado do exercício 2019;
- (iii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Matéria de AGE

- (i) Fixação da remuneração dos administradores.

5. DELIBERAÇÕES:

Depois de examinada e discutida a matéria constante da Ordem do Dia, a acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, detentora de 100% das ações, decidiu:

Na Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, acompanhadas do Relatório emitido pela empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes e pelo parecer do Conselho Fiscal.
- (ii) Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício de 2019 na forma da proposta pela administração da Companhia, a saber:
 - R\$ 159.364.711,91 (cento e cinquenta e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e onze reais e noventa e um centavos) para absorver os Prejuízos Acumulados.
- iii) Retirar desta pauta, para posterior deliberação em Assembleia a ser oportunamente convocada, a seguinte matéria:
 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal e a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

TERMOMACAÉ S.A
CNPJ 02.290.787/0001-07
NIRE 33.3.0033003-8

Na Assembleia Geral Extraordinária:

- iv) Retirar desta pauta, para posterior deliberação em Assembleia a ser oportunamente convocada, a seguinte matéria:
- Fixação da remuneração dos administradores.

6. ENCERRAMENTO:

Como nada mais houve a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, conferida, aprovada, e por todos assinada.

Macaé, 27 de abril de 2020.

Wellington Gomes Lucas
Presidente da Assembleia Geral

Francis Longo Cortazio Corrêa
Secretária da Assembleia Geral

p.p Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Termomacaé S.A.

Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2019

KPDS 618521

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACAÉ S A

NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Balço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração do Valor Adicionado.....	16
Notas Explicativas	17
1. A companhia e suas operações	17
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	18
3. Sumário das principais práticas contábeis	19
4. Estimativas e julgamentos relevantes	20
5. Novas normas e interpretações.....	22
6. Contas a receber	23
7. Imobilizado	24
8. Partes relacionadas.....	25
9. Tributos.....	27
10. Compromissos contratuais	30
11. Benefícios concedidos a empregados	31
12. Patrimônio líquido	33
13. Receita de arrendamento.....	34
14. Outras receitas (despesas), líquidas	35
15. Custos e Despesas por natureza.....	35
16. Resultado financeiro líquido.....	36
17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	36
18. Processos judiciais e contingências	36
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	40
Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva	43

Relatório da Administração 2019

À
Assembleia de Acionistas
Termomacaé S.A.
Macaé - RJ

Cumprindo preceitos legais e disposições do Contrato Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. do exercício social findo em 31/12/2019, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Termomacaé é proprietária da Usina Termelétrica Termomacaé (antiga UTE Mário Lago – UTE MLG), com capacidade nominal instalada de 923 MW de energia elétrica, localizada no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 01/10/2007, a UTE Termomacaé foi arrendada à Petrobras, mediante Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 3 anos, condicionado ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas, a transferência da autorização de Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE.

Por força do Contrato de Locação da UTE Termomacaé para a Petrobras, em 16/10/2007, a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 1.079, transferindo o PIE da Termomacaé para a Petrobras, tornando-se a proprietária da energia elétrica gerada pela referida UTE, tendo sido a Termomacaé S.A. contratada, pela Petrobras, para operar e manter o ativo, através de um Contrato de Operação e Manutenção (O&M).

Em 01/11/2010, a Termomacaé S.A. e a Petrobras assinaram o Aditivo ao Contrato de Locação e Outras Avenças, bem como o Aditivo ao Contrato de O&M. Em 31/10/2012, a Termomacaé e a Petrobras firmaram novos Aditivos aos Contratos de Locação e de O&M, prorrogando o prazo dos mesmos por mais 1.095 dias corridos.

A partir de 14/12/2015, a Termomacaé S.A. e a Petrobras decidiram pelo o arrendamento da UTE Termomacaé e assinaram um novo Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 2 anos.

Em mar/2017, a Administração da Sociedade iniciou negociações com a Petrobras com vista à celebração de um novo Contrato de Locação para a UTE Termomacaé, que, com base na utilização de Laudo de Avaliação independente, culminou na celebração de novo Contrato de Locação, em dezembro de 2017, em novas bases financeiras, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2019.

Em dez/2019, foi celebrado novo Contrato de Locação com base no Laudo de Avaliação externa independente, refletindo as condições atuais de mercado, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2021.

Em atendimento ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, o Estatuto Social da Termomacaé S.A. sofreu alteração após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18/12/2019.

Relatório de Administração 2019 - 3/7

ASPECTOS COMERCIAIS

Toda a energia elétrica produzida pela UTE Termomacaé é comercializada pela Petrobras. A energia é disponibilizada no Sistema Interligado Nacional – SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

O efeito positivo não recorrente da reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, compensado parcialmente pelo(a)s i) baixa de créditos de PIS e COFINS irre recuperáveis; ii) menor receita com recebíveis de ativo financeiro e iii) ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais, em função da quitação de dívidas processuais, contribuíram para a geração do Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil em 2019, ante lucro de R\$ 73.709 mil auferido em 2018. Excluindo esses efeitos, o Lucro do Exercício de 2019 teria sido na ordem de R\$ 69.126 mil, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Demonstrações de Resultado 2019

DRE (R\$ mil)	2019	2018	Δ (R\$)	Δ %
Receita de vendas e serviços	135.978	134.826	1.152	1%
Custo dos serviços prestados	(30.152)	(30.152)	-	0%
Resultado bruto	105.826	104.674	1.152	1%
Gerais e Administrativas	(9.595)	(7.964)	(1.631)	20%
Tributárias	(4.643)	(882)	(3.761)	426%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	88.341	(11.369)	99.710	(877%)
Receitas (Despesas) operacionais	74.103	(20.215)	94.318	(467%)
Lucro antes do result. Financ. e impostos	179.929	84.459	95.470	113%
Resultado financeiro líquido	7.407	15.982	(8.575)	(54%)
Resultado antes dos impostos	187.336	100.441	86.895	87%
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(26.732)	(1.238)	5%
Resultado líquido	159.366	73.709	85.657	116%

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2019.

Lucro Bruto

Destaca-se que em dez/2019 foi assinado novo contrato de locação, passando o valor da locação mensal de R\$ 12,3 milhões para R\$ 6,5 milhões (queda de 47%).

O resultado bruto encerrou o exercício de 2019 em R\$ 105.826 mil, alta de 1% em comparação ao resultado de R\$ 104.674 mil auferido em 2018.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram elevação de 20% em 2019 ao registrar o valor de R\$ 9.595 mil no encerramento do exercício frente a R\$ 7.964 mil auferido em 2018. O aumento das Despesas Gerais e Administrativas ocorreu em função, essencialmente, do retorno de parte dos empregados cedidos à Petrobras, reduzindo a parcela do gasto reembolsado.

Despesas Tributárias

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS irrecuperáveis, no montante de R\$ 3.294 mil.

Outras Receitas (Despesas)

Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacaé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível. Com isso, as Outras Receitas (Despesas) passaram de saldo negativo de R\$ 11.369 mil em 2018 para valor positivo de R\$ 88.341 mil em 2019

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro foi de R\$ 7.407 mil em 2019 (R\$ 15.982 mil em 2018). Essa redução de cerca de 54% se deve, principalmente, a menor receita com recebíveis de ativo financeiro face à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais. Além disso, o Resultado Financeiro foi prejudicado pelo ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais em função da quitação de dívidas processuais em 2019.

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2018, a Termomacaé S.A. apresentava prejuízo acumulado de R\$ 574.123 mil, a proposta de Destinação de Resultado 2019 apresentada pelos Administradores da Companhia, na Tabela 2 a seguir, será destinar o Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil para absorver Prejuízos Acumulados, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 2 – Proposta de Destinação de Resultado 2019

Proposta de Destinação do Resultado (em R\$)	2019
Prejuízos Acumulados	574.122.823,92
Absorção:	
Lucro do Exercício	159.364.711,91
Prejuízo Remanescente	414.758.112,01

METAS E INDICADORES

A reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, contribuiu para o atingimento das Metas 2019, conforme apresentado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Metas 2019

Indicadores	Meta 2019	Resultado Realizado	Resultado Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	134.600	210.137	119.897
IRENT (%)	16,9%	30,9%	13,4%
TAR	0	0	0

Legenda

EBITDA = (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

IRENT = (Lucro Líquido / Ativo Total)

TAR = Taxa de Acidentados Registráveis

Memória de Cálculo	Resultado Realizado	ajuste	Resultado Ajustado
a) Lucro Líquido	159.366	-90.240	69.126
b) Ativo Total	516.087	0	516.087
IRENT = (a / b)	30,9%		13,4%
c) Lucro Operacional	179.929	-90.240	89.689
d) Depreciação e amortização	30.208	0	30.208
EBITDA = (c + d)	210.137		119.897

Com a eliminação do efeito não recorrente da reversão da arbitragem o EBITDA e o IRENT alcançaram, respectivamente, 89% e 79% das metas estabelecidas.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Em atendimento a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, a Termomacaé S.A. reformou seu Estatuto Social e implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela *holding* Petrobras ao longo de 2019.

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a Petrobras), os Projetos Socioambientais da Usina Termomacaé, que se encontra arrendada à Petrobras, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Macaé - RJ, 19 de fevereiro de 2020.

Wellington Gomes Lucas
Diretor Presidente

Aline Dias Leonardi
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Termomacaé S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacaé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacaé S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACAÉ S A

NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 13/60

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACÁE S A

NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 14/60

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACÁE S A

NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 15/60

bro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota	2019	2018	Passivo
	1	1	Circulante
	6	20.098	Fornecedores
	6.2	135.222	Imposto de renda e contribuição social
	9.1	1.328	Impostos e contribuições
	9.1	8.758	Salários, férias, encargos e participações
		266.837	Compromissos contratuais
	18.2	17.129	Não Circulante
	9.1	29.977	Imposto de renda e contribuição social diferidos
		36.298	Plano de pensão
			Provisão para processos judiciais e administrativos
	7	243.163	Patrimônio líquido
		212.952	Capital social realizado
			Prejuízos acumulados
			Outros resultados abrangentes
	516.087	455.676	Total do passivo

demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita de arrendamento	13	135.978	134.826
Custo do arrendamento	15.1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		105.826	104.674
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	15.2	(9.595)	(7.964)
Tributárias	9.1	(4.643)	(882)
Outras receitas (despesas), líquidas	14	88.341	(11.369)
		74.103	(20.215)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		179.929	84.459
Resultado financeiro líquido	16	7.407	15.982
Receitas financeiras		10.259	14.248
Despesas financeiras		(94)	(149)
Variações monetárias, líquidas		(2.758)	1.883
Lucro antes dos impostos		187.336	100.441
Imposto de renda e contribuição social	9.3	(27.970)	(26.732)
Lucro do exercício		159.366	73.709
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12.5	0,19	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro do exercício	159.366	73.709
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	(4.494)	(583)
Imposto diferido		198
	(4.494)	(385)
Resultado abrangente total	154.872	73.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

S.A. - Petrobras)

o Patrimônio Líquido

bro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Outros resultados abrangentes	Reservas de
	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Prejuízos acum
	634.015	710	(64
	203.620		7
		(385)	
8	837.635	325	(57
8	837.635	325	(57
			15
		(4.494)	
9	837.635	(4.169)	(41

demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)***Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	159.366	73.709
Ajustes para:		
Despesa atuarial de plano de pensão	648	504
Depreciação e amortização	30.208	30.211
Perdas na recuperação de ativos	3	-
Variações monetárias e encargos financeiros	2.758	(1.760)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(10.258)	(14.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(6.245)	(9.209)
Provisão/(Reversão) para perdas com processos judiciais e administrativos	(88.816)	10.928
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	4.652	(8.090)
Depósitos judiciais	6.296	(10)
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(820)	399
Impostos e contribuições	25.941	(462.273)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.773)	(20.990)
Outros passivos	459	2.446
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	99.419	(398.356)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgates (aplicações) de recebíveis de ativos financeiros	(99.419)	221.074
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	(99.419)	221.074
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	203.620
Dividendos pagos a acionistas	-	(26.350)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	-	177.270
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	(12)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	13
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	149.985	148.717
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	84.949	(14.613)
Valor adicionado bruto	234.934	134.104
Depreciação e amortização	(30.208)	(30.211)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	204.726	103.893
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variação cambial e monetária	10.260	16.131
Valor adicionado a distribuir	214.986	120.024
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	(1.833)	(6.971)
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	3.623	2.080
	1.790	(4.891)
Benefícios		
Plano de aposentadoria e pensão	2.441	2.361
FGTS	2.009	1.663
	4.450	4.024
Tributos		
Federais	46.518	47.023
Estaduais	9	10
	46.527	47.033
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variação cambial e monetária	2.853	149
Quotistas		
Lucros retidos	159.366	73.709
	159.366	73.709
Valor adicionado distribuído	214.986	120.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. – Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia termelétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV), ambas localizadas nas Ilhas Cayman, alienaram a totalidade de suas quotas para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras").

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

Em 14 de dezembro de 2015 e em 13 de dezembro de 2017, foram celebrados contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, ambos por prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas à época das negociações.

Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios, foi aprovada a transformação societária da Termomacaé Ltda para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada de Termomacaé S.A.

Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado novo contrato da UTE Termomacaé com a Petrobras, com condições econômicas atualizadas, que tem vencimento em 11 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

O contrato de aluguel da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios inerentes à propriedade da mesma. Adicionalmente, foram verificadas as situações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1.1. Destaques do exercício

1.1.1. Contrato de arrendamento

O valor das parcelas mensais do novo contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, celebrado em 12 de dezembro de 2019, sofreu uma redução de 49,22% em relação ao valor que vinha sendo recebido com base no contrato anterior. O novo valor da parcela mensal do contrato é de R\$ 6.501, corrigidos anualmente com base na variação do IPCA, foi definido com base em análise efetuada por uma empresa de consultoria externa independente e foi elaborado considerando as condições atuais de mercado e um custo médio ponderado de capital (taxa WACC) de 11% para o locador (Termomacaé).

1.1.2. Provisão para contingências

Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacaé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240 (Nota explicativa 18).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Os sumários das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentados nas suas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. A adoção desses normativos não trouxe impactos nas Demonstrações Financeiras.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

- 6. Contas a receber
- 7. Imobilizado
- 9. Tributos
- 11. Benefícios Concedidos a empregados
- 12. Patrimônio Líquido
- 13. Receita de arrendamento
- 19. Processos judiciais e contingências

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas que anualmente são aprovadas pela Administração. A movimentação dos tributos diferidos é apresentada na nota explicativa 9.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Novas normas e interpretações

Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

O CPC emite normativos contábeis análogos às IFRS - International Financial Reporting Standards, tal como emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board. A seguir são apresentados os normativos contábeis emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2019.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Definição de um negócio</i> - Alterações ao CPC 15	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito do CPC 15 – Combinação de Negócios ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
<i>Definição de materialidade</i> - Emendas ao CPC 26 e CPC 23.	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.

Quanto às emendas listadas acima, a companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	2019	2018
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	15.434	20.073
Terceiros	26	39
	15.460	20.112
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(14)	(14)
	15.446	20.098

6.1. Partes relacionadas

Representado, principalmente, pelo contrato de arrendamento da UTE Termomacaé, celebrado com a Petrobras, cujo saldo de R\$ 10.232 (R\$ 12.811 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a medição de dezembro de 2019 sendo parte pelo do contrato anterior válido até 12 de dezembro de 2019 e parte pelo novo contrato celebrado (nota explicativa 1.1.1).

Não existem títulos vencidos relacionados ao contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2019.

6.2. Contas a receber – FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP com a adoção do CPC 48, encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

O contrato de locação da Usina Termoelétrica foi classificado como arrendamento mercantil operacional.

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Imobilizado

7.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.480	125	268.769	273.374
Depreciação		(48)	(30.163)	(30.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Custo	4.480	2.205	1.283.654	1.290.339
Depreciação acumulada		(2.128)	(1.045.048)	(1.047.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Depreciação		(45)	(30.163)	(30.208)
Baixas - custo		(28)	-	(28)
Baixas - depreciação		25	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	29	208.443	212.952
Custo	4.480	2.177	1.283.654	1.290.311
Depreciação acumulada		(2.148)	(1.075.211)	(1.077.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	29	208.443	212.952
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas de edificações e benfeitorias (de 25 a 50 anos) e de equipamentos e outros bens (de 5 a 10 anos).

8. Partes relacionadas

8.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Essa política orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da Companhia independente da contraparte no negócio;
- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da Companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Ativo		
Contas a receber		
Contas a receber por arrendamento	10.232	12.811
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido	4.816	6.877
Outros créditos	386	385
	15.434	20.073
Passivo		
Circulante		
Fornecedores, CCCD - Petrobras	166	860
Fornecedores, Outras Obrigações - Petrobras	1.065	689
	1.231	1.549
Resultado		
Receita de arrendamento (Nota explicativa 13)	149.838	148.568
Compartilhamento de gastos com a controladora	(1.008)	1.124
	148.830	149.692

8.2. Remuneração dos administradores

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termomacaé S.A.

9. Tributos

9.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	-	1.328	3.638	2.025
Contribuição social	-	-	4.796	4.866
No país	-	1.328	8.434	6.891

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS	-	2.520	-	-	417	-
INSS (i)	-	-	29.220	29.977	-	-
Imposto de renda retido na fonte (ii)	6.491	6.238	-	-	-	-
Outros impostos (iii)	-	-	-	-	570	6.711
	6.491	8.758	29.220	29.977	987	6.711

(i) Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço. A parcela de R\$ 29.220 do ativo não circulante (R\$ 29.977 em 31 de dezembro de 2018) foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

(ii) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016.

(iii) A variação ocorrida no período decorre, substancialmente, do PIS e da COFINS vinculados ao Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS, que a companhia aderiu em dezembro de 2013, aproveitando-se dos benefícios advindos das Leis nºs. 11.941/09 e 12.249/10, cujos prazos foram reabertos pela Lei nº 12.865/13, compensados em junho de 2019 conforme detalhado na nota explicativa 18.2.

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Ao longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS irrecuperáveis, no montante de R\$ 3.294. Essa baixa provocou uma elevação das despesas tributárias em 2019 quando comparado a 2018.

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Prejuízos fiscais	Diferença depreciação vida útil	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2018	21.253	(68.806)	(2.403)	(49.956)
Reconhecido no resultado do exercício	(3.947)	13.378	(222)	9.209
Aquisição de prejuízo fiscal	3.313	-	198	3.511
Em 31 de dezembro de 2018	20.619	(55.428)	(2.427)	(37.236)
Reconhecido no resultado do período	(7.337)	13.415	167	6.245
Em 31 de dezembro de 2019	13.282	(42.013)	(2.260)	(30.991)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A companhia considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2020	2.230	7.378
2021	2.230	7.379
2022	2.230	7.379
2023	2.230	7.379
2024	2.231	7.379
2025	2.231	7.379
Parcela registrada contabilmente	13.382	44.273
Parcela não registrada contabilmente	52.493	0
Total	65.875	44.273

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 148.094. A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social negativa diferidos, no montante de R\$ 13.282, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

A Administração da companhia monitorará a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do novo contrato de aluguel, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Lucro antes dos impostos	187.336	100.441
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(63.694)	(34.150)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(4.524)	(4.512)
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	25.665	(13.431)
Prejuízo Fiscal	14.583	25.361
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(26.732)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.245	9.209
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.215)	(35.941)
	(27.970)	(26.732)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15%	27%

A redução da alíquota efetiva entre os dois períodos ocorreu, essencialmente, pelo efeito da reversão de provisão para contingências, comentada na nota explicativa 18.1 item (i).

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A companhia não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativo tendo como base lucro tributável futuro pela inexistência de estudo técnico aprovado por sua Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

10. Compromissos contratuais

10.1. Condicionantes ambientais – Licença de operação – LO Nº IN 003002

Apesar da UTE Termomacaé encontrar-se alugada à Petrobras, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacaé).

A última renovação da LO ocorreu em 26 de outubro de 2010, tendo sido fixado pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente as seguintes condicionantes ambientais, que se encontram em andamento:

a) Condicionante Nº 13 – Realizar o monitoramento contínuo de emissões atmosféricas para cada grupo de quatro chaminés, contemplando os parâmetros velocidade de saída, temperatura, pressão e vazão dos gases — O₂, NO_x e CO —, enviando os dados, em tempo real, para a Central de Dados de Qualidade do Ar do INEA;

b) Condicionante Nº 32 – Apresentar semestralmente ao INEA relatório fotográfico e descritivo em meio digital dos projetos de revegetação;

- Após entendimentos entre a Petrobras e o INEA, o Projeto de Revegetação, além de atender a condicionante 32 da LO Nº IN 003002, passou também a atender a Lei 12.651 / 2012, específica para áreas rurais, que determina a criação de uma Reserva Legal.
- Esta área de Reflorestamento / Reserva Legal totaliza 61,24 hectares (conforme Certidão Ambiental CA Nº IN033351 expedida pelo INEA em 15/02/2016).

As obrigações existentes relativas à Condicionante Ambiental nº 32, vinculadas à LO, no montante de R\$ 3.328 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são de responsabilidade da Termomacaé.

Em decorrência do Contrato de Locação firmado entre a Termomacaé e a Petrobras, a Condicionante Ambiental nº 13, vinculada à operação da UTE Termomacaé, é de responsabilidade da Petrobras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Compensação ambiental

Em decorrência da Licença de Instalação (L I) da Termomacaé, a companhia possui compromisso de Compensação Ambiental relacionado ao investimento efetuado na construção da UTE Termomacaé.

As obrigações existentes relativas à Compensação Ambiental são no montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Política contábil

Representam os custos futuros estimados referentes à compensação ambiental, em função das emissões de gases. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os custos com a compensação ambiental são reconhecidos no resultado, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.

11. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2019	2018
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	8.938	3.796

11.1. Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2019, a contribuição da Empresa para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.321 (R\$ 1.856 em 2018).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2020 são de R\$ 1.807, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2019 é de 44,28 anos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.2. Participação nos lucros ou resultados

O novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

O atual modelo substituiu os demais benefícios relativos à remuneração variável, provisionados e pagos pela companhia, relativos ao exercício 2018, como Participação nos lucros ou resultado – PLR (R\$2.048 em 2018).

No exercício de 2019, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$2.500 de PPP.

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 837.635, está representado por 837.635.422 ações, com valor nominal de R\$ 1,00.

12.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo utilizada em 2017 para absorver parcialmente o prejuízo do exercício, conforme determina o parágrafo único do artigo 189, da Lei 6.404/76.

12.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O Contrato Social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.4. Lucro do exercício

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou lucro de R\$ 159.366, o qual foi integralmente destinado para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados, assim como ocorrido com o lucro apurado em 2018 no montante de R\$ 73.709.

12.5. Resultado por ação

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas	159.366	73.709
Quantidade de ações	837.635.422	837.635.422
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,19	0,10

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

13. Receita de arrendamento

	2019	2018
Receita bruta de arrendamento	149.838	148.568
Encargos sobre arrendamento	(13.860)	(13.742)
	135.978	134.826

Política contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, rendimentos de recebíveis de ativos financeiros, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

14. Outras receitas (despesas), líquidas

	2019	2018
Reembolso de pessoal cedido	3.159	1.491
Reversão/(Perdas) com processos judiciais e administrativos (i)	88.658	(10.928)
Participação nos lucros e resultados	(3.623)	(2.080)
Outros	147	148
	88.341	(11.369)

- (i) A variação positiva ocorrida no exercício decorre, essencialmente, da reversão da provisão para perdas com processo judicial cível, conforme detalhado na nota explicativa 18.1.

15. Custos e Despesas por natureza

15.1. Custo do arrendamento

	2019	2018
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	(30.152)	(30.152)

15.2. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Gastos com pessoal	(7.317)	(5.522)
Depreciação e amortização	(56)	(60)
Serviços, aluguéis e outros	(1.394)	(1.275)
Outras	(828)	(1.108)
Total	(9.595)	(7.965)

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Receitas Financeiras	10.259	14.248
Receita com recebíveis de ativos financeiros (i)	10.259	14.221
Outros	-	27
Despesas Financeiras	(94)	(149)
Juros de mora	(61)	(146)
Tarifas bancárias	(37)	-
Outros	4	(3)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(2.758)	1.883
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	997	1.229
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (ii)	(3.755)	654
Total	7.407	15.982

- (i) Menor receita com recebíveis de ativo financeiro, devido, essencialmente, à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais.
- (ii) Ajuste de atualização monetária dos depósitos judiciais em função da quitação de dívidas, conforme comentado na nota explicativa 18.2.

17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2019	2018
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	5.674	14.405

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processos judiciais provisionados

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No período de janeiro a dezembro de 2019, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram pela reversão de estimativa de perda em processo judicial provisionado em 31 de dezembro de 2018 e pela atualização monetária dos processos provisionados, conforme apresentado a seguir:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005;
- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e
- Processos cíveis, destacando-se: pleito sobre rescisão de contrato de construção de módulos da planta termoelétrica.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2019	2018
Passivo não circulante		
Processos fiscais	19.328	18.828
Processos trabalhistas	1.344	427
Processos cíveis (i)	14.734	104.967
	35.406	124.222
Saldo inicial	124.222	113.294
Adições (Baixas), líquidas	(88.816)	10.928
Saldo final	35.406	124.222

- (i) Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacaé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível (Nota explicativa 18.3).

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	2019	2018
Trabalhistas	10	10
Fiscais	7.068	17.122
Outros	-	(3)
	7.078	17.129

A variação no período, decorre basicamente, da baixa de depósitos pela utilização na quitação de parcelamentos junto à Receita Federal. O saldo a recuperar, acrescido de juros e atualização monetária somavam, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 7.078 (R\$ 17.129 em 31 de dezembro de 2018). A redução de R\$ 10.051 nos depósitos judiciais pode ser explicado, essencialmente pela: redução de R\$ 6.145 no passivo a pagar de REFIS (nota explicativa 9.1); efeito negativo no resultado de R\$ 3.755 de ajuste de atualização monetária (nota explicativa 16) e R\$ 156 de perda com ações fiscais.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2019	2018
Cíveis	55.226	-
Fiscais	62.072	60.616
Trabalhistas	7.385	8.216
	124.683	68.832

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	31.12.2019	31.12.2018
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.		
Situação atual: Em diligência na Delegacia da Receita Federal em Macaé	58.220	57.109
2) Processos diversos de natureza fiscal	3.852	3.507
Total de processos de natureza fiscal	62.072	60.616

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	31.12.2019	31.12.2018
Autores diversos		
1) Concessão de Adicionais e Horas extras.		
Situação atual: Pagamento de AHRA. Aguardando julgamento de AIRR. (i)	-	6.108
1) Processos diversos de natureza trabalhista	7.385	2.108
Total de processos de natureza trabalhista	7.385	8.216

(i) AHRA - Adicional de Hora de Repouso e Alimentação; AIRR - Agravo de Instrumento

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	31.12.2019	31.12.2018
Autor: INEPAR S A INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES (Nota explicativa 18.1)		
1) Ação ordinária de cancelamento de protesto de duplicadas emitidas pela Ré sem comprovação de prestação dos serviços alegados.		
Situação atual: Foi realizada audiência de instrução para oitiva de testemunha, estando em curso prazo para apresentar alegações finais.	55.226	-
Total de processos de natureza cível	55.226	-

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	15.446	20.098
Contas a receber - FIDC	244.899	135.222
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	7.078	17.129
	267.424	172.450
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.516	2.336
	1.516	2.336

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora final Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacaé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Política contábil sobre Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

WELLINGTON GOMES LUCAS

Diretor Presidente

ALINE DIAS LEONARDI

Diretora Administrativa

ROBSON HONORATO

CONTADOR

CRC-RJ 086473/O-7



Termomacacé S.A.
CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Empresa do Sistema Petrobras (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Ministério de
Minas e Energia



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

À Assembleia de Acionistas Termomacacé S.A.Macacé - RJ

Cumprindo preceitos legais e disposições do Contrato Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacacé S.A. do exercício social findo em 31/12/2019, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

Aspectos Operacionais

A Termomacacé é proprietária da Usina Termelétrica Termomacacé (antiga UTE Mário Lago - UTE MLG), com capacidade nominal instalada de 923 MW de energia elétrica, localizada no Município de Macacé, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 01/10/2007, a UTE Termomacacé foi arrendada à Petrobras, mediante Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 3 anos, condicionado ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas, a transferência da autorização de Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE.

Por força do Contrato de Locação da UTE Termomacacé para a Petrobras, em 16/10/2007, a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 1.079, transferindo o PIE da Termomacacé para a Petrobras, tornando-se a proprietária da energia elétrica gerada pela referida UTE, tendo sido a Termomacacé S.A. contratada, pela Petrobras, para operar e manter o ativo, através de um Contrato de Operação e Manutenção (O&M).

Em 01/11/2010, a Termomacacé S.A. e a Petrobras assinaram o Aditivo ao Contrato de Locação e Outras Avenças, bem como o Aditivo ao Contrato de O&M. Em 31/10/2012, a Termomacacé e a Petrobras firmaram novos Aditivos aos Contratos de Locação e de O&M, prorrogando o prazo dos mesmos por mais 1.095 dias corridos.

A partir de 14/12/2015, a Termomacacé S.A. e a Petrobras decidiram pelo arrendamento da UTE Termomacacé e assinaram um novo Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 2 anos.

Em mar/2017, a Administração da Sociedade iniciou negociações com a Petrobras com vista à celebração de um novo Contrato de Locação para a UTE Termomacacé, que, com base na utilização de Laudo de Avaliação independente, culminou na celebração de novo Contrato de Locação, em dezembro de 2017, em novas bases financeiras, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2019.

Em dez/2019, foi celebrado novo Contrato de Locação com base no Laudo de Avaliação externa independente, refletindo as condições atuais de mercado, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2021.

Em atendimento ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, o Estatuto Social da Termomacacé S.A. sofreu alteração após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18/12/2019.

Aspectos Comerciais

Toda a energia elétrica produzida pela UTE Termomacacé é comercializada pela Petrobras. A energia é disponibilizada no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Aspectos Econômicos e Financeiros

O efeito positivo não recorrente da reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, compensado parcialmente pelo(a)s i) baixa de créditos de PIS e COFINS irre recuperáveis; ii) menor receita com recebíveis de ativo financeiro e iii) ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais, em função da quitação de dívidas processuais, contribuíram para a geração do Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil em 2019, ante lucro de R\$ 73.709 mil auferido em 2018. Excluindo esses efeitos, o Lucro do Exercício de 2019 teria sido na ordem de R\$ 69.126 mil, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Demonstrações de Resultado 2019

DRE (R\$ MIL)	2019	2018	R\$	%
Receitas de vendas e serviços	135.978	134.826	1.152	1%
Custos dos serviços prestados	(30.152)	(30.152)	-	0%
Resultado bruto	105.826	104.674	1.152	0%
Gerais e Administrativas	(9.595)	(7.964)	(1.631)	20%
Tributárias	(4.843)	(882)	(3.711)	426%
Outras receitas (despesas), operacionais, líquidas	88.341	(11.369)	99.710	(877%)
Receitas (despesas) operacionais	74.103	(20.215)	94.318	(113%)
Lucro antes do result. financ e impostos	179.929	84.459	95.470	113%
Resultado financeiro líquido	7.407	15.982	(6.575)	(54%)
Resultado antes dos impostos	187.336	100.441	86.895	87%
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(26.732)	(1.238)	5%
Resultado líquido	159.366	73.709	85.657	116%

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2019.

Lucro Bruto

Destaca-se que em dez/2019 foi assinado novo contrato de locação, passando o valor da locação mensal de R\$ 12,3 milhões para R\$ 6,5 milhões (queda de 47%).

O resultado bruto encerrou o exercício de 2019 em R\$ 105.826 mil, alta de 1% em comparação ao resultado de R\$ 104.674 mil auferido em 2018.
Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram elevação de 20% em 2019 ao registrar o valor de R\$ 9.595 mil no encerramento do exercício frente a R\$ 7.964 mil auferido em 2018. O aumento das Despesas Gerais e Administrativas ocorreu em função, essencialmente, do retorno de parte dos empregos cedidos à Petrobras, reduzindo a parcela do gasto reembolsado.

Despesas Tributárias

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS irre recuperáveis, no montante de R\$ 3.294 mil.

Outras Receitas (Despesas)

Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a Companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacacé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível. Com isso, as Outras Receitas (Despesas) passaram de saldo negativo de R\$ 11.369 mil em 2018 para valor positivo de R\$ 85.341 mil em 2019.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro foi de R\$ 7.407 mil em 2019 (R\$ 15.982 mil em 2018). Essa redução de cerca de 54%, se deve, principalmente, a menor receita com recebíveis de ativo financeiro face à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais. Além disso, o Resultado Financeiro foi prejudicado pelo ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais em função da quitação de dívidas processuais em 2019.

Proposta Destinação de Resultado

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2018, a Termomacacé S.A. apresentava prejuízo acumulado de R\$ 574.123 mil, a proposta de Destinação de Resultado 2019 apresentada pelos Administradores da Companhia, na Tabela 2 a seguir, será destinar o Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil para absorver Prejuízos Acumulados, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 2 - Proposta de Destinação de Resultado 2019

Proposta de Destinação de Resultado (em R\$)	2019
Prejuízos Acumulados	574.122823,92
Absorção:	
Lucro do Exercício	159.364.711,91
Prejuízo Remanescente	414.758.112,01

Metas e Indicadores

A reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, contribuiu para o atingimento das Metas 2019, conforme apresentado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Metas 2019

Indicadores	Meta 2019	Resultado Realizado	Resultado Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	134.600	210.137	119.897
IRENT (%)	16,9%	30,9%	13,4%
	0	0	0

LEGENDA

EBITDA = (Lucro antes dos Juros - Impostos, Depreciação e Amortização)

IRENT = (Lucro Líquido / Ativo Total)

TAR = (Taxa de Acidentados Registráveis)

Montaria de Cálculo	Resultado Realizado	ajuste	Resultado Ajustado
a) Lucro Líquido	159.366	-90.240	69.126
b) Ativo Total	516.087	0	516.087
IRENT = (a / b)	30,9%		13,4%
c) Lucro Operacional	179.929	-90.240	89.689
d) Depreciação e amortização	30.208	0	30.208
EBITDA = (c + d)	210.137		119.897

Com a eliminação do efeito não recorrente da reversão da arbitragem o EBITDA e o IRENT alcançaram, respectivamente, 89% e 79% das metas estabelecidas.

Política de Governança e Sustentabilidade

Em atendimento à Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, a Termomacacé S.A. reformou seu Estatuto Social e implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras ao longo de 2019.

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a Petrobras), os Projetos Socioambientais da Usina Termomacacé, que se encontra arrendada à Petrobras, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Macacé - RJ, 19 de fevereiro de 2020.

Wellington Gomes Lucas - Diretor Presidente
Aline Dias Leonardi - Diretora Administrativa

Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		1.516	2.336
Contas a receber, líquidas	6	15.446	20.098	Imposto de renda e contribuição social	9.1	8.434	6.891
Contas a receber - FIDC	6.2	244.899	135.222	Impostos e contribuições	9.1	987	6.711
Imposto de renda e contribuição social	9.1	-	1.328	Salários, férias, encargos e participações		7.087	6.628
Impostos e contribuições	9.1	6.491	8.758	Commissões contratuais	10	4.018	4.018
		266.837	185.407			22.042	26.584
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	30.991	37.238
Depósitos judiciais	18.2	7.078	17.129	Plano de pensão	11	8.938	3.796
Impostos e contribuições	9.1	28.220	29.977	Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	35.406	124.222
		36.298	47.106			75.335	165.254
Imobilizado	7	212.952	243.163	Patrimônio líquido			
		212.952	243.163	Capital social realizado	12.1	837.635	837.635
				Prejuízos acumulados		(414.756)	(574.122)
				Outros resultados abrangentes		(4.599)	325
						418.710	263.838
Total do ativo		516.087	455.676	Total do passivo		516.087	455.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 às 23:10:57 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACAÉ S A
NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB o NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FC46461558EDD0
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



BR PETROBRAS		Ministério de Minas e Energia		PATRIA ALARGADA BRASIL	
Termomacacé S.A. CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Empresa do Sistema Petrobras (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)					
Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)			Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)		
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receita de arrendamento	13	135.978	134.826		
Custo do arrendamento	15,1	(30.152)	(30.152)		
Lucro bruto		105.826	104.674		
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	15,2	(9.595)	(7.964)		
Tributárias	9,1	(4.643)	(882)		
Outras receitas (despesas), líquidas	14	88.341	(11.368)		
		74.103	(20.215)		
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	179.929	84.459			
Resultado financeiro líquido	16	7.407	15.982		
Receitas financeiras		10.259	14.248		
Despesas financeiras		(94)	(149)		
Variações monetárias, líquidas	(2.756)	1.883			
Lucro antes dos impostos	187.336	100.441			
Imposto de renda e contribuição social	9,3	(27.970)	(26.732)		
Lucro do exercício	159.366	73.709			
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12,5	0,19	0,10		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)					
	2019	2018			
Lucro do exercício	159.366	73.709			
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	(4.494)	(583)			
Imposto diferido		198			
	(4.494)	(385)			
Resultado abrangente total	154.872	73.324			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)					
	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	634.015	710	(647.831)	(13.106)	(13.106)
Aumento de capital	203.620			203.620	203.620
Lucro do exercício		73.709		73.709	73.709
Outros resultados abrangentes		(385)		(385)	(385)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	837.635	325	(574.122)	263.838	263.838
Saldos em 31 de dezembro de 2019	837.635	325	(574.122)	263.838	263.838
Lucro do exercício		159.366		159.366	159.366
Outros resultados abrangentes		(4.494)		(4.494)	(4.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	837.635	(4.169)	(414.756)	418.710	418.710
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)					
	2019	2018			
Receitas					
Arrendamento e outras receitas	149.985	148.717			
Insunhos adquiridos de terceiros					
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	84.949	(14.613)			
Valor adicionado bruto	234.934	134.104			
Depreciação e amortização	(30.298)	(30.211)			
Valor adicionado líquido	204.636	103.893			
Valor adicionado recebido em transferência	10.260	16.131			
Valores adicionados a distribuir	214.896	120.024			
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e administradores					
Remuneração direta					
Salários	(1.833)	(6.971)			
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	3.623	2.090			
	1.790	(4.891)			
Benefícios					
Plano de aposentadoria e pensão	2.441	2.361			
FGETS	2.006	1.663			
	4.450	4.024			
Tributos					
Federais	46.518	47.023			
Estaduais	6	10			
	46.527	47.033			
Instituições financeiras e fornecedores					
Juros e variação cambial e monetária	2.853	149			
Quotistas					
Lucros retidos	159.366	73.709			
	159.366	73.709			
Valor adicionado distribuído	214.896	120.024			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)					
1.A companhia e suas operações A Termomacacé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. - Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacacé que possui 20 turbinas de geração de energia termelétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW). Em 25 de abril de 2006, a El Paso Energy Cayerger II Company (Cayerger II) e a El Paso Energy Cayerger IV Company (Cayerger IV), ambas localizadas nas Ilhas Cayman, alienaram a totalidade de suas quotas para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras"). Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacacé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacacé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015. Em 14 de dezembro de 2015 e em 13 de dezembro de 2017, foram celebrados contratos de locação da UTE Termomacacé com a Petrobras, ambos por prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas à época das negociações. Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios, foi aprovada a transformação societária da Termomacacé Ltda para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada de Termomacacé S.A. Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado novo contrato da UTE Termomacacé com a Petrobras, com condições econômicas atualizadas, que tem vencimento em 11 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais dois anos.					
O contrato de aluguel da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios inerentes à propriedade da mesma. Adicionalmente, foram verificadas as situações elencadas abaixo: - O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina; - Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e - A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário. A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.					
1.1. Destaques do exercício 1.1.1. Contrato de arrendamento O valor das parcelas mensais do novo contrato de locação da UTE Termomacacé com a Petrobras, celebrado em 12 de dezembro de 2019, sofreu uma redução de 49,22% em relação ao valor que vinha sendo recebido com base no contrato anterior. O novo valor da parcela mensal do contrato é de R\$ 6.501, corrigidos anualmente com base na variação do IPCA, foi definido com base em análise efetuada por uma empresa de consultoria externa independente e foi elaborado considerando as condições atuais de mercado e um custo médio ponderado de capital (taxa WACC) de 11% para o locador (Termomacacé). 1.1.2. Provisão para contingências Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacacé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão da provisão para contingência no montante de R\$ 90.240 (Nota explicativa 18).					



Termomacacé S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Empresa do Sistema Petrobras (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Ministério de
Minas e Energia



2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporaram as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Os sumários das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentados nas suas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPN 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. A adoção desses normativos não trouxe impactos nas Demonstrações Financeiras.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

- 6. Contas a receber
- 7. Imobilizado
- 8. Tributos
- 11. Benefícios Concedidos a empregados
- 12. Patrimônio Líquido
- 13. Receita de arrendamento
- 19. Processos judiciais e contingências

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

-Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

-Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimonial não mantidos para negociação nem contra-prestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

-Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

-Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

-Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa de inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuárias.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliativos técnicos de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas que anualmente são aprovadas pela Administração. A movimentação dos tributos diferidos é apresentada na nota explicativa 9.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

5. Novas normas e interpretações

Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

O CPC emite normativos contábeis análogos às IFRS - International Financial Reporting Standards, tal como emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board. A seguir são apresentados os normativos contábeis emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2019.

Norma	Descrição	Data de vigência
	Estabelece novo requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito do CPC 15 - Combinação de Negócios ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
Definição de um negócio - Alterações ao CPC 15	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
Definição de materialidade - Emendas ao CPC 26 e CPC 23.	Quanto às emendas listadas acima, a companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.	

6. Contas a receber

	2019	2018
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	15.434	20.073
Terceiros	26	39
	15.460	20.112
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(14)	(14)
	15.446	20.098

6.1. Partes relacionadas

Representado, principalmente, pelo contrato de arrendamento da UTE Termomacacé, celebrado com a Petrobras, cujo saldo de R\$ 10.232 (R\$ 12.811 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a medição de dezembro de 2019 sendo parte pelo do contrato anterior válido até 12 de dezembro de 2019 e parte pelo novo contrato celebrado (nota explicativa 1.1.1).

Não existem títulos vencidos relacionados ao contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2019.

6.2. Contas a receber - FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP com a adoção do CPC 48, encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanente com o arrendador são classificados como operacionais e os recebimentos são reconhecidos como recebe no resultado durante o prazo do contrato.

O contrato de locação da Usina Termoeletrica foi classificado como arrendamento mercantil operacional. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Imobilizado

continua



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.rio.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 às 23:11:02 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACAÉ S A

NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





Ministério de Minas e Energia



Termomacacé S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Empresa do Sistema Petrobras (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

7.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.480	125	268.769	273.374
Depreciação	(43)	(28)	(30.163)	(30.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Custo	4.480	2.205	1.263.654	1.290.339
Depreciação acumulada	(2.128)	(77)	(1.045.048)	(1.047.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Depreciação	(43)	(28)	(30.163)	(30.211)
Baixas - custo	(25)	-	-	(25)
Baixas - depreciação	25	-	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	29	208.443	212.952
Custo	4.480	2.177	1.263.654	1.290.311
Depreciação acumulada	(2.140)	(29)	(1.075.211)	(1.077.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	29	208.443	212.952
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	-

Prática contábil

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas de edificações e benfeitorias (de 25 a 50 anos) e de equipamentos e outros bens (de 5 a 10 anos).

8. Partes relacionadas

8.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Essa política orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da Companhia independente da contraparte no negócio;
 - Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da Companhia;
 - Condução de transações sem conflito de interesses em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
 - Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.
- A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

	2019	2018
Ativo		
Contas a receber		
Contas a receber por arrendamento	10.232	12.811
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido	4.816	6.877
Outros créditos	386	366
	15.434	20.073
Passivo		
Circulante		
Fornecedores, CCCD - Petrobras	169	860
Fornecedores - Outras Operações - Petrobras	1.055	693
	1.231	1.549
	2019	2018
Resultado		
Receita de arrendamento (Nota explicativa 13)	149.838	148.968
Compartilhamento de custos com a controladora	(1.008)	(1.224)
	148.830	149.692

8.2. Remuneração dos administradores

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termomacacé S.A.

9. Tributos

9.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	-	1.328	3.638	2.025
Contribuição social	-	-	4.786	4.566
No país	-	1.328	8.434	6.591
Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante
	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS	2.520	-	417	-
INSS (i)	-	29.220	29.977	-
Imposto de renda retido na fonte (ii)	6.491	6.238	-	-
Outros impostos (iii)	6.491	8.756	29.220	29.977
	15.502	15.254	59.634	56.567

Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço. A parcela de R\$ 29.220 do ativo não circulante (R\$ 29.977 em 31 de dezembro de 2018) foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

(i) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016.

(ii) A variação ocorrida no período decorre, substancialmente, do PIS e da COFINS vinculados ao Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS, que a companhia aderiu em dezembro de 2013, aproveitando-se dos benefícios advindos das Leis nºs. 11.941/09 e 12.249/10, cujos prazos foram reabertos pela Lei nº 12.865/13, compensados em junho de 2019 conforme detalhado na nota explicativa 18.2.

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Ao longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS recuperáveis, no montante de R\$ 3.294. Essa baixa provocou uma elevação das despesas tributárias em 2019 quando comparado a 2018.

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Prejuízos fiscais	Diferença depreciação		Outros	Total
		Vida útil	Outros		
Em 1º de janeiro de 2018	21.253	(68.806)	(2.403)	(49.956)	
Reconhecido no resultado do exercício	(3.947)	13.378	(222)	9.209	
Anulação de prejuízo fiscal	3.213	-	-	3.213	
Em 31 de dezembro de 2018	20.619	(55.428)	(2.427)	(37.236)	
Reconhecido no resultado do período	(7.337)	13.415	167	6.245	

Em 31 de dezembro de 2019 **13.282** **(42.013)** **(2.260)** **(30.991)**

(R) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos
A companhia considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos e líquidos	
	Ativos	Passivos
2020	2.230	7.378
2021	2.230	7.379
2022	2.230	7.379
2023	2.230	7.379
2024	2.231	7.379
2025	2.231	7.379
Parcela registrada contabilmente	13.282	44.273
Parcela não registrada contabilmente	52.493	-
Total	65.775	44.273

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 143.094. A companhia constituiu crédito do imposto de renda e contribuição social negativa diferidos, no montante de R\$ 13.282, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

A Administração da companhia monitorará a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do novo contrato de aluguel, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros.

9.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Lucro antes dos impostos	187.338	100.441
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(63.694)	(34.150)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (Adições) permanentes, líquidas	(4.524)	(4.512)
Exclusões (Adições) temporárias, líquidas	25.665	(13.421)
Prejuízo Fiscal	14.583	25.381
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(26.732)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.245	9.209
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.215)	(35.941)
	(27.970)	(26.732)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15%	27%

A redução da alíquota efetiva entre os dois períodos ocorreu, essencialmente, pelo efeito da reversão do proviso para contingências, comentada na nota explicativa 18.1 Item (i).

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A companhia não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativo tendo como base lucro tributável futuro pela inexistência de estudo técnico aprovado por sua Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

10. Compromissos contratuais

10.1. Condicionantes ambientais - Licença de operação - LO Nº IN 003002

Apesar da UTE Termomacacé encontrar-se alugada à Petrobras, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacacé).

A última renovação da LO ocorreu em 26 de outubro de 2010, tendo sido fixado pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente as seguintes condicionantes ambientais, que se encontram em andamento:

- a) Condicionante Nº 13** - Realizar o monitoramento contínuo de emissões atmosféricas para cada grupo de quatro chaminés, contemplando os parâmetros velocidade de saída, temperatura, pressão e vazão dos gases - O₂, NOx e CO -, enviando os dados, em tempo real, para a Central de Dados de Qualidade do Ar do INEA;
- b) Condicionante Nº 32** - Apresentar semestralmente ao INEA rolatório fotográfico e descritivo em meio digital dos projetos de revegetação;

Após entendimentos entre a Petrobras e o INEA, o Projeto de Revegetação, além de atender a condicionante 32 da LO Nº IN 003002, passou também a atender a Lei 12.651 / 2012, específica para áreas rurais, que determina a criação de uma Reserva Legal.

*Esta área de Reflorestamento / Reserva Legal totaliza 61,24 hectares (conforme Certidão Ambiental CA Nº IN033351 expedida pelo INEA em 15/02/2016).

As obrigações existentes relativas à Condicionante Ambiental nº 32, vinculadas à LO, no montante de R\$ 3.328 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são de responsabilidade da Termomacacé.

Em decorrência do Contrato de Locação firmado entre a Termomacacé e a Petrobras, a Condicionante Ambiental nº 13, vinculada à operação da UTE Termomacacé, é de responsabilidade da Petrobras.

10.2. Compensação ambiental

Em decorrência da Licença de Instalação (L I) da Termomacacé, a companhia possui compromisso de Compensação Ambiental relacionado ao investimento efetuado na construção da UTE Termomacacé.

As obrigações existentes relativas à Compensação Ambiental são no montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Política contábil



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.rio.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 às 23:11:05 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.



BR PETROBRAS		Ministério de Minas e Energia	
Termomacacê S.A.			
CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Empresa do Sistema Petrobras (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)			
Representam os custos futuros estimados referentes à compensação ambiental, em função das emissões de gases. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os custos com a compensação ambiental são reconhecidos no resultado, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.			
11. Benefícios concedidos a empregados			
Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:			
Passivo não circulante	2019	2018	
Plano de Pensão Petros 2	8.938	3.796	
11.1. Plano Petros 2			
A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.			
O Plano Petros 2 foi implementado pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável.			
A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2019, a contribuição da Empresa para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.321 (R\$ 1.856 em 2018).			
As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2020 são de R\$ 1.807, referente à parcela de contribuição definida.			
A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2019 é de 44,28 anos.			
11.2. Participação nos lucros ou resultados			
O novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinha ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.			
O atual modelo substituiu os demais benefícios relativos à remuneração variável, provisionados e pagos pela companhia, relativos ao exercício 2018, como Participação nos lucros ou resultados - PLR (R\$2.048 em 2018). No exercício de 2019, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$2.500 de PPP.			
Prática contábil			
As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.			
O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).			
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.			
Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.			
A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.			
12. Patrimônio líquido			
12.1. Capital social realizado			
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 837.635, está representado por 837.635.422 ações, com valor nominal de R\$ 1,00.			
12.2. Reservas de lucros			
a) Reserva legal			
Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo utilizada em 2017 para absorver parcialmente o prejuízo do exercício, conforme determina o parágrafo único do artigo 189, da Lei 6.404/76.			
12.3. Dividendos			
Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O Contrato Social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.			
12.4. Lucro do exercício			
Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou lucro de R\$ 159.366, o qual foi integralmente destinado para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados, assim como ocorrido com o lucro apurado em 2018 no montante de R\$ 73.709.			
12.5. Resultado por ação			
	2019	2018	
Lucro atribuível aos acionistas	159.366	73.709	
Quantidade de ações	837.635.422	837.635.422	
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,19	0,10	
Prática contábil			
O capital social está representado por ações ordinárias.			
Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em si e no estatuto social da companhia.			
O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.			
13. Receita de arrendamento			
	2019	2018	
Receita bruta de arrendamento	149.838	148.586	
Encargos sobre arrendamento	(13.860)	(13.742)	
	135.978	134.846	
Política contábil			
A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.			
A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.			
As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, rendimentos de roeáveis de ativos financeiros, além das variações cambiais e monetárias líquidas.			
As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.			
14. Outras receitas (despesas), líquidas			
	2019	2018	
Reembolso de pessoal cedido	3.159	1.491	
Reversões (perdas) com processos judiciais e administrativos (i)	88.658	(10.928)	
Participação nos lucros e resultados	(3.623)	(2.080)	
Outros	147	148	
	88.341	(11.369)	
(i) A variação positiva ocorrida no exercício decorre, essencialmente, da reversão da provisão para perdas com processo judicial cível, conforme detalhado na nota explicativa 18.1.			
15. Custos e Despesas por natureza			
15.1. Custo do arrendamento			
	2019	2018	
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)	
Total	(30.152)	(30.152)	
15.2. Despesas gerais e administrativas			
	2019	2018	
Gastos com pessoal	(7.317)	(5.522)	
Depreciação e amortização	(56)	(60)	
Serviços, aluguéis e outros	(1.394)	(1.275)	
Outros	(628)	(1.108)	
Total	(9.595)	(7.965)	
16. Resultado financeiro líquido			
	2019	2018	
Receitas Financeiras	10.250	14.248	
Receita com recebíveis de ativos financeiros (i)	10,259	14,221	
Outros	-	27	
Despesas Financeiras	(84)	(149)	
Juros de mora	(51)	(145)	
Tarifas bancárias	(37)	-	
Outros	4	(3)	
Variações monetárias e cambiais líquidas	(2.758)	1.883	
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	967	1.239	
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (ii)	(3.765)	654	
Total	7.407	15.882	
(i) Menor receita com recebíveis de ativo financeiro, devido, essencialmente, à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais.			
(ii) Ajuste de atualização monetária dos depósitos judiciais em função da quitação de civílicas, conforme comentado na nota explicativa 18.2.			
17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa			
	2019	2018	
Valores pagos durante o período			
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	5.674	14.405	
18. Processos judiciais e contingências			
18.1. Processos judiciais provisionados			
Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.			
No período de janeiro a dezembro de 2019, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram pela reversão de estimativa de perda em processo judicial provisionado em 31 de dezembro de 2018 e pela atualização monetária dos processos provisionados, conforme apresentado a seguir:			
- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacacê S.A. com o saldo negativo de CSL apurado no ano-calendário 2005;			
- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e			
- Processos civis, destacando-se: pleito sobre rescisão de contrato de construção de módulos da planta termoeletrônica.			
Os valores provisionados são os seguintes:			
	2019	2018	
Passivo não circulante	19.328	18.828	
Processos fiscais	1.344	427	
Processos trabalhistas	14.734	104.587	
Processos civis (i)	3.206	13.814	
	35.406	124.222	
Saldo inicial	124.222	113.294	
Adições (Reversões) líquidas	(88.816)	(10.028)	
Saldo final	35.406	124.222	
(i) Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacacê. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 80.240, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível (Nota explicativa 18.3).			
18.2. Depósitos judiciais			
Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:			
	2019	2018	
Ativo não circulante	10	10	
Trabalhistas	10	10	
Fiscais	7.068	17.122	
Outros	-	(3)	
	7.078	17.128	
A variação no período, decorre basicamente, da baixa de depósitos pela utilização na quitação de parcelamentos junto à Receita Federal. O saldo a recuperar, acrescido de juros e atualização monetária somavam, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 7.078 (R\$ 17.123 em 31 de dezembro de 2018). A redução de R\$ 10.051 nos depósitos judiciais pode ser explicado, essencialmente pela: redução de R\$ 6.145 no passivo a pagar de REFIS (nota explicativa 9.1); efeito negativo no resultado de R\$ 3.755 de ajuste de atualização monetária (nota explicativa 16) e R\$ 156 de perda com ações fiscais.			
18.3. Processos judiciais não provisionados			
Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.			
Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:			
	2019	2018	
Natureza	Estimativa	Estimativa	
Cíveis	55.226	60.616	
Fiscais	62.072	60.616	
Trabalhistas	7.385	8.216	
	124.683	68.832	
O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.			
	Estimativa	Estimativa	
Descrição dos processos de natureza fiscal	31.12.2019	31.12.2018	
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macacé			
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacacê S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditado utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.			
Situação atual: Em diligência na Delegacia da Receita Federal de Macacé	58.220	57.109	
2) Processos diversos de natureza fiscal	3.852	3.507	
Total de processos de natureza fiscal	62.072	60.616	
Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	Estimativa	
31.12.2019	31.12.2018		
Autores diversos			
1) Concessão de Adicionais e Horas extras.			
Situação atual: Pagamento de AHR. Aguardando julgamento de AIRR. (i)	-	6.108	
2) Processos diversos de natureza trabalhista	7.385	2.108	
Total de processos de natureza trabalhista	7.385	8.216	
(i) AHR - Adicional de Hora de Repouso e Alimentação; AIRR - Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.			
Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	Estimativa	
31.12.2019	31.12.2018		
Autor: INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES (Nota explicativa 18.1)			
1) Ação ordinária de cancelamento de protesto de duplicatas emitidas pela Ré sem comprovação da prestação dos serviços alegados.			
Situação atual: Foi realizada audiência de instrução para oitiva de testemunha, estando em curso prazo para apresentar as alegações finais.	55.226	-	
Total de processos de natureza cível	55.226	-	



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 às 23:11:07 - 0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACAÊ S A

NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





Termomacacé S.A.
CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 - Empresa do Sistema Petrobras (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Ministério de Minas e Energia



Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	15.446	20.096
Contas a receber - FIDC	244.899	135.222
Não Circulante		
Derechos Judiciais	7.078	17.128
	267.424	172.450
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.516	2.336
	1.516	2.336

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

As contas a receber - FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurada pelo seu valor justo por meio do resultado.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Adonistas e Diretores da Termomacacé S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacacé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacacé S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Outros independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 das demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora final Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de sua caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacacé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termomacacé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Política contábil sobre Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA
Wellington Gomes Lucas - Diretor Presidente Aline Dias Leonardi-Diretora Administrativa
Robson Honorato - Contador CRC-RJ 086473/O-7

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser baseadas em fraude ou erro e o risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

-Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

-Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação atestada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020
KPMG Auditores Independentes CRC SP-14428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa - Contador CRC RJ-100983/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Base do Parecer do Conselho Fiscal:

Este conselho, constituído em 2019, analisou os documentos recebidos e utilizou como base para análise as informações disponíveis até a presente data.

Em que pese o posicionamento favorável deste colegiado pela aprovação das demonstrações financeiras e do relatório da administração, julgamos por oportuno enfatizar as seguintes questões observadas durante a análise documental:

- Necessidade de atualização da situação do passivo ambiental e as respectivas ações executadas e planejadas para solução;
- Necessidade de obtenção de licença operacional e seus respectivos compromissos de compensação ambiental junto ao INEA por parte da Termomacacé ou inclusão de cláusula contratual transferindo a responsabilidade para a operadora da planta industrial;
- Estrutura operacional inadequada às necessidades da Companhia e contratações diretas sem atendimento às exigências da Lei das Estátuas nº 13.302/2016;

Rio de Janeiro, 02 de março de 2020.
Conselheiro Fiscal Conselheira Fiscal
Victor Wagner Norat Paço - CPF: 109.889.197.02 Flávia Valeska Veiga de Oliveira - CPF: 033.812.757-71
Presidente
Viviane de Lima Villela de Souza - CPF: 052.281.557-08

Id: 2248513



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Sexta-feira, 17 de Abril de 2020 às 23:11:09 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACACÉ S A
NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Termomacacá S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 – Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

À Assembleia de Acionistas Termomacacá S.A. Macacá - RJ Cumprindo preceitos legais e disposições do Contrato Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacacá S.A. do exercício social findo em 31/12/2019, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Termomacacá é proprietária da Usina Termelétrica Termomacacá (antiga UTE Mário Lago - UTE MLG), com capacidade nominal instalada de 923 MW de energia elétrica, localizada no Município de Macacá, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 01/10/2007, a UTE Termomacacá foi arrendada à Petrobras, mediante Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 3 anos, condicionado ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas, a transferência da autorização de Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE.

Por força do Contrato de Locação da UTE Termomacacá para a Petrobras, em 16/10/2007, a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa nº 1.079, transferindo o PIE da Termomacacá para a Petrobras, tornando-se a proprietária da energia elétrica gerada pela referida UTE, tendo sido a Termomacacá S.A. contratada, pela Petrobras, para operar e manter o ativo, através de um Contrato de Operação e Manutenção (O&M).

Em 01/11/2010, a Termomacacá S.A. e a Petrobras assinaram o Aditivo ao Contrato de Locação e Outras Avenças, bem como o Aditivo ao Contrato de O&M. Em 31/10/2012, a Termomacacá e a Petrobras firmaram novos Aditivos aos Contratos de Locação e de O&M, prorrogando o prazo dos mesmos por mais 1.095 dias corridos. A partir de 14/12/2015, a Termomacacá S.A. e a Petrobras decidiram pelo arrendamento da UTE Termomacacá e assinaram um novo Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 2 anos.

Em mar/2017, a Administração da Sociedade iniciou negociações com a Petrobras com vista à celebração de um novo Contrato de Locação para a UTE Termomacacá, que, com base na utilização de Laudo de Avaliação Independente, culminou na celebração de novo Contrato de Locação, em dezembro de 2017, em novas bases financeiras, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2019.

Em dez/2019, foi celebrado novo Contrato de Locação com base no Laudo de Avaliação externa independente, refletindo as condições atuais de mercado, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dez/2021.

Em atendimento ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, o Estatuto Social da Termomacacá S.A. sofreu alteração após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18/12/2019.

ASPECTOS COMERCIAIS

Toda a energia elétrica produzida pela UTE Termomacacá é comercializada pela Petrobras. A energia é disponibilizada no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

O efeito positivo não recorrente da reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, compensado parcialmente pelo(a) i) baixa de créditos de PIS e COFINS recuperáveis; ii) menor receita com recebíveis de ativo financeiro e iii) ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais, em função da quitação de dívidas processuais, contribuíram para a geração do Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil em 2019, ante Lucro de R\$ 73.709 mil auferido em 2018. Excluindo esses efeitos, o Lucro do Exercício de 2019 teria sido na ordem de R\$ 69.126 mil, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Demonstrações de Resultado 2019

	2019	2018	Δ (R\$)	Δ (%)
Receita de vendas e serviços	135.978	134.826	1.152	1%
Custo dos serviços prestados	(30.152)	(30.152)	-	0%
Resultado bruto	105.826	104.674	1.152	1%
Gerais e Administrativas	(9.595)	(7.964)	(1.631)	20%
Tributárias	(4.643)	(882)	(3.761)	426%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	88.341	(11.369)	99.710	(877%)
Receitas (Despesas) operacionais	74.103	(20.215)	94.318	(467%)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	129.929	84.459	45.470	113%
Resultado financeiro líquido	7.407	15.982	(8.575)	(54%)
Resultado antes dos impostos	187.336	100.441	86.895	87%
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(26.732)	(1.238)	5%
Resultado líquido	59.366	73.709	85.677	116%

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2019.

Lucro Bruto Destaca-se que em dez/2019 foi assinado novo contrato de locação, passando o valor da locação mensal de R\$ 12,3 milhões para R\$ 6,5 milhões (queda de 47%).

O resultado bruto encerrou o exercício de 2019 em R\$ 105.826 mil, alta de 1% em comparação ao resultado de R\$ 104.674 mil auferido em 2018.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram elevação de 20% em 2019 ao registrar o valor de R\$ 9.595 mil no encerramento do exercício frente a R\$ 7.964 mil auferido em 2018. O aumento das Despesas Gerais e Administrativas ocorreu em função, essencialmente, do retorno de parte dos empregados cedidos à Petrobras, reduzindo a parcela do gasto reembolsado.

Despesas Tributárias

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS irrecuperáveis, no montante de R\$ 3.294 mil.

Outras Receitas (Despesas)

Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacacá. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível. Com isso, as Outras Receitas (Despesas) passaram de saldo negativo de R\$ 11.369 mil em 2018 para valor positivo de R\$ 88.341 mil em 2019.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro foi de R\$ 7.407 mil em 2019 (R\$ 15.982 mil em 2018). Essa redução de cerca de 54% se deve, principalmente, a menor receita com recebíveis de ativo financeiro face à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais. Além disso, o Resultado Financeiro foi prejudicado pelo ajuste de atualização monetária dos Depósitos Judiciais em função da quitação de dívidas processuais em 2019.

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2018, a Termomacacá S.A. apresentava prejuízo acumulado de R\$ 574.123 mil, a proposta de Destinação de Resultado 2019 apresentada pelos Administradores da Companhia, na Tabela 2 a seguir, será destinar o Lucro Líquido de R\$ 159.366 mil para absorver Prejuízos Acumulados, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 2 - Proposta de Destinação de Resultado 2019

Proposta de Destinação do Resultado (em R\$)	2019
Prejuízos Acumulados	574.122.823,92
Absorção:	
Lucro do Exercício	159.364.711,91
Prejuízo Remanescente	414.758.112,01

METAS E INDICADORES

A reversão da estimativa de perda referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, contribuiu para o atingimento das Metas 2019, conforme apresentado na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Metas 2019

Indicadores	Metas 2019	Realizado	Resultado Ajustado
EBITDA (R\$ mil)	134.600	210.137	119.897
IRENT (%)	16,9%	30,0%	13,4%
TAR	0	0	0

Legenda

EBITDA = (Lucro antes de juros, impostos, Depreciação e Amortização)

IRENT = Lucro Líquido/Ativo Total

TAR = Taxa de Acidentados Registráveis

	Resultado Realizado	Ajuste	Resultado Ajustado
a) Lucro Líquido	159.366	-90.240	69.126
b) Ativo Total	516.087	0	516.087
IRENT = (a / b)	30,9%		13,4%
c) Lucro Operacional	179.929	-90.240	89.689
d) Depreciação e amortização	30.208	0	30.208
EBITDA = (c + d)	210.137		119.896

Com a eliminação do efeito não recorrente da reversão da arbitragem o EBITDA e o IRENT alcançaram, respectivamente, 89% e 79% das metas estabelecidas.

Política de Governança e Sustentabilidade

Em atendimento a Lei 13.303/16 e ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, a Termomacacá S.A. reformou seu Estatuto Social e implementou uma série de Políticas e Diretrizes de Governança recomendadas pela holding Petrobras ao longo de 2019.

Tendo em vista as características e atuação restrita da Companhia (o único cliente é a Petrobras), os Projetos Sociambientais da Usina Termomacacá, que se encontra arrendada à Petrobras, constam no Relatório de Sustentabilidade da Controladora.

Macacá - RJ, 19 de fevereiro de 2020.

Wellington Gomes Lucas
Diretor Presidente

Aline Dias Leonardi
Diretor Administrativo

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		1.516	2.336
Contas a receber, líquidas	6	15.446	20.098	Imposto de renda e contribuição social	9,1	8.434	6.891
Contas a receber - FIDC	6,2	244.899	135.222	Impostos e contribuições	9,1	987	6.711
Imposto de renda e contribuição social	9,1	-	1.328	Salários, férias, encargos e participações		7.087	6.628
Impostos e contribuições	9,1	6.491	8.758	Compromissos contratuais	10	4.018	4.018
		266.837	165.407			27.042	26.584
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9,2	30.991	37.236
Depósitos judiciais	18,2	7.078	17.129	Plano de pensão	11	8.938	3.796
Impostos e contribuições	9,1	29.220	29.977	Provisão para processos judiciais e administrativos	18,1	35.406	124.222
		36.298	47.106			75.333	165.754
Imobilizado	7	212.952	243.163	Patrimônio líquido			
		212.952	243.163	Capital social realizado	12,1	837.635	837.635
Total do ativo		516.087	455.676	Prejuízos acumulados		(414.756)	(574.122)
				Outros resultados abrangentes		(4.169)	325
				Total do passivo		418.710	263.838
						516.087	455.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita de arrendamento	13	135.978	134.826
Custo do arrendamento	15,1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		105.826	104.674
Receitas (despesas) operacionais		(9.595)	(7.964)
Gerais e administrativas	15,2	(4.643)	(882)
Tributárias	14	88.341	(11.369)
Outras receitas (despesas), líquidas		74.103	(20.215)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		179.929	84.459
Resultado financeiro líquido	16	7.407	15.982
Receitas financeiras		10.259	14.248
Despesas financeiras		(94)	(149)
Variações monetárias, líquidas		(2.758)	1.883
Lucro antes dos impostos		187.336	100.441
Imposto de renda e contribuição social	9,3	(27.970)	(26.732)
Lucro do exercício		159.366	73.709
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12,5	0,19	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro do exercício	159.366	73.709
Itens que não serão reconhecidos para o resultado	-	-
Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	(4.494)	(583)
Imposto diferido	-	198
	(4.494)	(385)
Resultado abrangente total	154.872	73.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018	634.015	710	(647.831)	(13.106)	
Aumento de capital	203.620	-	-	-	203.620
Lucro do exercício	-	-	-	73.709	73.709
Outros resultados abrangentes	-	(385)	-	-	(385)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	837.635	325	(574.122)	263.838	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	837.635	325	(574.122)	263.838	
Lucro do exercício	-	-	-	159.366	159.366
Outros resultados abrangentes	-	(4.494)	-	-	(4.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	837.635	(4.169)	(414.756)	418.710	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Termomacae S.A.

CNPJ nº 02.290.787/0001-07 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	159.366	73.709
Ajustes para:		
Despesa atuarial de plano de pensão	648	504
Depreciação e amortização	30.208	30.211
Perdas na recuperação de ativos	3	—
Variações monetárias e encargos financeiros	2.758	(1.760)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(10.258)	(14.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(6.245)	(9.209)
Provisão/(Reversão) para passivos processuais e administrativos	(88.816)	10.928
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	4.652	(8.090)
Depósitos judiciais	6.296	(10)
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(820)	399
Impostos e contribuições	25.941	(462.273)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.773)	(20.990)
Outros passivos	459	2.446
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais	99.419	(398.356)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgates (aplicações) de recebíveis de ativos financeiros	(99.419)	221.074
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	(99.419)	221.074
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	—	203.620
Dividendos pagos a acionistas	—	(26.350)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	—	177.270
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	—	(13)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	—	42
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	—	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2019	2018
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	149.985	148.717
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	84.949	(14.613)
Valor adicionado bruto	234.934	134.104
Depreciação e amortização	(30.208)	(30.211)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	204.726	103.893
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variação cambial e monetária	10.260	16.131
Valor adicionado a distribuir	214.986	120.024
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	(1.833)	(6.971)
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	3.623	2.080
	1.790	(4.891)
Benefícios		
Plano de aposentadoria e pensão	2.441	2.361
FGTS	2.009	1.663
	4.450	4.024
Tributos		
Federais	46.518	47.023
Estaduais	9	10
	46.527	47.033
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variação cambial e monetária	2.853	149
Quotistas		
Lucros retidos	159.366	73.709
	159.366	73.709
Valor adicionado distribuído	214.986	120.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

Termomacae S.A. (a Companhia), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A Companhia é proprietária da UTE Termomacae que possui 20 turbinas de geração de energia termelétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV), ambas localizadas nas Ilhas Cayman, alienaram a totalidade de suas quotas para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras").

Em 1º de outubro de 2017 foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacae, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (OM) da UTE Termomacae. O Contrato de OM foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram celebrados contratos de locação da UTE Termomacae com a Petrobras, ambos por prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas à época das negociações.

Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios, foi aprovada a transformação societária da Termomacae Ltda para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada de Termomacae S.A.

Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado novo contrato da UTE Termomacae com a Petrobras, com condições econômicas atualizadas, que tem vencimento em 11 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

O contrato de aluguel da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios inerentes à propriedade da mesma. Adicionalmente, foram verificadas as situações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina;
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

A Companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Destaques do exercício

1.1.1. Contrato de arrendamento

O valor das parcelas mensais do novo contrato de locação da UTE Termomacae com a Petrobras, celebrado em 12 de dezembro de 2019, sofreu uma redução de R\$ 228 em relação ao valor que vinha sendo recebido com base no contrato anterior. O novo valor da parcela mensal do contrato é de R\$ 6.301, corrigidos anualmente com base na variação do IPCA, foi definido com base em análise efetuada por uma empresa de consultoria externa independente e foi elaborado considerando as condições atuais de mercado e um custo médio ponderado de capital (taxa WACC) de 11% para o locador (Termomacae).

1.1.2. Provisão para contingências

Após a localização de resíduos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacae. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.240 (Nota explicativa 18).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem à forma utilizada na sua prática contábil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Os sumários das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentados nas suas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a forma dos contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 537/08.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações
A partir de 1º de janeiro de 2019, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 06 (R) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 27 Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. A adoção desses normativos não trouxe impactos nas Demonstrações Financeiras.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

6. Contas a receber

7. Imobilizado

9. Tributos

11. Benefícios Concedidos a empregados

12. Patrimônio Líquido

13. Receita de arrendamento

19. Processos judiciais e contingências

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios de ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimonial não mantidos para negociação nem contração de contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial
Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente
Passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento mensurado ao custo amortizado e o saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras requerem o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os planos de saúde dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- **Taxa de desconto** - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- **Taxa de variação de custos médicos e hospitalares** - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

Processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliativos técnicos de peritos independentes e julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento existante em virtude do volume de ações com características similares.

Processos judiciais e administrativos em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros futuros e os passivos diferidos são reconhecidos se houver provável o reconhecimento de ativos fiscais diferidos decorrente de estimativas que anualmente são aprovadas pela Administração. A movimentação dos tributos diferidos é apresentada na nota explicativa 9.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outros. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perdas de crédito esperadas.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

O CPC emite normativas contábeis análogas às IFRS - *International Financial Reporting Standards*, tal como emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. A seguir são apresentados os normativos contábeis emitidos pelo CPC e ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2019.

Norma	Descrição	Data de vigência
Alterações ao CPC 15	Estabelece novos requerimentos para determinar se 1º de janeiro de 2020, alterações ao CPC 15 - Combinação de Negócios ou como uma aquisição de ativos.	

Definição de materialidade - Altera a definição de "material" de forma a estabelecer: 1º de janeiro de 2020, **Emendas ao CPC 26 e CPC 23**, que que uma informação e material se sua omissão, aplicação prospectiva, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Quando as emendas listadas acima, a companhia não estima impacto da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

6. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	15.434	20.073
Terceiros	76	39
	15.460	20.112
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(14)	(14)
	15.446	20.098

6.1. Partes relacionadas

Representado, principalmente, pelo contrato de arrendamento da UTE Termomacae, celebrado com a Petrobras, cujo saldo de R\$ 10.232 (R\$ 12.811 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a medição de dezembro de 2019 sendo parte pelo do contrato anterior válido até 12 de dezembro de 2019 e parte pelo novo contrato celebrado (nota explicativa 1.1.1).

Não estão incluídos valores relacionados ao contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2019.

6.2. Contas a receber - FIDC

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado FIDC-NP do FIDC-NEP estabelecido por meio de aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aquisição desses recursos no FIDC-NP com a adoção do CPC 48, encontram-se classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade pertencem com o arrendador são classificados como operacionais e os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

O contrato de locação da UTE Termomacae foi classificado como arrendamento mercantil operacional. Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, bem como observações atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.





Termomacacá S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).
 Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.
 Independentemente da avaliação do aumento significativo do risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.
 A companhia assume que o risco de crédito do instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.
 A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contrariamente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. IMOBILIZADO
7.1. Por tipo de ativo

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.480	121	258.249	273.742
Depreciação	(480)	(48)	(30.163)	(30.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Custo	4.480	283	2.625.654	2.630.417
Depreciação acumulada	(480)	(206)	(1.045.048)	(1.047.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.480	77	238.606	243.163
Depreciação	(480)	(48)	(30.163)	(30.281)
Depreciação acumulada	(480)	(206)	(1.045.048)	(1.047.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	77	208.443	212.952
Custo	4.480	283	1.283.420	1.291.111
Depreciação acumulada	(480)	(206)	(1.075.211)	(1.077.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	77	208.443	212.952
Tempo de vida útil média ponderado em anos		10	25	

Prática contábil
 Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzida da depreciação acumulada.
 Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas de edificações e benfeitorias (de 25 a 50 anos) e de equipamentos e outros bens (de 5 a 10 anos).

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Transações comerciais e outras operações
 A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.
 Essa política orienta a Petrobras e as partes relacionadas no tratamento de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhados à transparência nos processos e as melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes prioridades principais:
 • Priorização dos interesses da Companhia independente da contraparte no negócio;
 • Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da Companhia;
 • Condução de transações sem conflito de interesses em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
 • Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.
 A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

	2019	2018
Ativo		
Contas a receber		
Contas a receber por arrendamento	10.232	12.811
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido	4.816	6.877
Outros créditos	38	386
	15.434	20.073

	2019	2018
Passivo		
Circulante		
Fornecedores, CCDD - Petrobras	166	860
Fornecedores, Outras Obrigações - Petrobras	1.065	689
	1.231	1.549
	2019	2018

	2019	2018
Resultado		
Recicla de arrendamento (Nota explicativa 13)	149.838	148.568
Compartilhamento de gastos com a controladora	(1.008)	(1.124)
	148.830	147.452

8.2. Remuneração dos administradores
 Os membros da Diretoria exercem as funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termomacacá S.A.

9.1. TRIBUTOS
9.1.1. Tributos correntes
Imposto de renda e contribuição social

	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Imposto de renda	2019	2018
Contribuição social	1.328	3.638
No país	1.328	4.866
Demais impostos e contribuições	6.491	6.828
Ativo Circulante	29.220	29.977
Passivo Circulante	29.220	29.977
PIS e COFINS	6.491	6.238
INSS (I)	29.220	29.977
Imposto de renda retido sobre a prestação de serviço	6.491	6.238
Outros impostos (III)	6.491	6.238

(i) Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço. A parcela de R\$ 29.220 do ativo não circulante (R\$ 29.977 em 31 de dezembro de 2018) foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.
 (ii) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016.
 (iii) A variação ocorrida no período decorre, substancialmente, do PIS e do COFINS vinculados ao Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS, que a companhia aderiu em dezembro de 2013, aproveitando-se dos benefícios adidos das Leis nºs 11.941/09 e 12.249/10, cujos prazos foram reabertos pela Lei nº 12.865/13, compensados em junho de 2019 conforme detalhado na nota explicativa 18.2.

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, quando comprovada a sua não recuperabilidade, a companhia reconhece o crédito de impostos no longo do exercício de 2019 foram baixados créditos de PIS e COFINS irre recuperáveis, no montante de R\$ 3.294. Essa baixa provocou uma elevação das despesas tributárias em 2019 quando comparado a 2018.

9.2. Imposto de renda e contribuições sociais correntes
 Os fundamentos e as expectativas para realizações estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Diferença	Ativos	Passivos
Em 1º de janeiro de 2018	21.753	(68.806)	(2.403)
Reconhecimento no resultado do exercício	(3.947)	13.378	(2.221)
Aquisição de prejuízo fiscal	3.313		198
Em 31 de dezembro de 2018	20.619	(55.428)	(2.427)
Reconhecimento no resultado do período	(7.337)	13.415	(6.245)
Em 31 de dezembro de 2019	13.282	(42.013)	(2.760)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos
 A companhia considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.
 Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Ativos	Passivos
2020	2.230	7.378
2021	2.230	7.379
2022	2.230	7.379
2023	2.230	7.379
2024	2.231	7.379
2025	2.231	7.379
Parcela registrada contabilmente	13.382	44.273
Parcela não registrada contabilmente	52.493	0
Total	65.875	44.273

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 148.094. A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social negativo diferidos, no montante de R\$ 13.282, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A administração da companhia monitorará a geração de lucro nas operações, a partir da celebração do novo contrato de aluguel, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros.

9.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
 A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados está apresentado a seguir:

	2019	2018
Lucro antes dos impostos	187.336	100.441
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(63.694)	(34.150)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (Adições) permanentes, líquidas	(4.524)	(4.512)
Exclusões (Adições) temporárias, líquidas	25.665	(13.431)
Prejuízo Fiscal	14.583	25.361
Imposto de renda e contribuição social	(27.970)	(25.361)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.245	9.209
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.215)	(25.941)
	(27.970)	(25.361)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15%	27%

A redução da alíquota efetiva entre os dois períodos ocorreu, essencialmente, pelo efeito da reversão de provisão para contingências, comentada na nota explicativa 18.1 item (f).

Política contábil
 As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

a) **Imposto de renda e contribuição social correntes**
 O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado após a redução de créditos de impostos e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo a liquidar ou passivo simultaneamente.

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substancialmente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos as diferenças temporárias dedutíveis. Inclui-se para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).
 A companhia não constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativo tendo como base lucro tributável futuro pela inexistência de estudo técnico aprovado por sua Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente excecível à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos está relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

10. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

10.1. Condicionantes ambientais - Licença de Operação - LO Nº IN 003002
 Apesar da UTE Termomacacá encontrar-se alugada à Petrobras, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacacá).

A última renovação da LO ocorreu em 26 de outubro de 2010, tendo sido fixado pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente as seguintes condições ambientais, que se encontram em andamento:
 a) Condicionante Nº 13 - Realizar o monitoramento contínuo de emissões atmosféricas para cada grupo de quatro chaminés, contemplando os parâmetros velocidade de saída, temperatura, pressão e vazão dos gases e CO₂, NO_x e CO - enviando os dados, em tempo real, para a Central de Dados de Qualidade do Ar do INEA;
 b) Condicionante Nº 32 - Apresentar semestralmente ao INEA relatório fotográfico e descritivo em meio digital dos projetos de revegetação;

• As condicionantes ambientais a Petrobras e o INEA, o Projeto de Revegetação, além de atender a condicionante 32 da LO Nº IN 003002, passou também a atender a Lei 12.651 / 2012, específica para áreas rurais, que determina a criação de uma Reserva Legal.

• Estação de Relevoamento / Reserva Legal totaliza 61,24 hectares (conforme Certidão Ambiental CA Nº IN03351 expedida pelo INEA em 15/02/2016).

As obrigações existentes relativas à Condicionante Ambiental nº 32, vinculadas à LO, no montante de R\$ 3.328 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são de responsabilidade da Termomacacá.

Em decorrência do Contrato de concessão firmado entre a Termomacacá e a Petrobras, a Condicionante Ambiental nº 13, vinculada à operação da UTE Termomacacá, é de responsabilidade da Petrobras.

10.2. Compensação ambiental

Em decorrência da Licença de Instalação (LI) da Termomacacá, a companhia possui compromisso de Compensação Ambiental relacionado ao investimento efetuado na construção da UTE Termomacacá.

As obrigações existentes relativas à Compensação Ambiental são no montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Política contábil

Representam os custos futuros estimados referentes à compensação ambiental, em função das emissões de gases. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os custos com a compensação ambiental são reconhecidos no resultado, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.

11. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2019	2018
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	8.938	3.796

11.1. Plano Petros 2

A gestão do plano de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi instituído pela Empresa, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável. A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição variável refere-se a uma contribuição para uma aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2019, a contribuição da Empresa para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.321 (R\$ 1.856 em 2018).

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2020 são de R\$ 1.807, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2019 é de 44,28 anos.

11.2. Participação nos lucros ou resultados

O modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busque maior eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão. O atual modelo substituiu os demais benefícios relativos à remuneração variável, provisionados e pagos pela companhia, relativos ao exercício 2018, como Participação nos lucros ou resultados - PLR (R\$2.048 em 2018). No exercício de 2019, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$2.500 de PPP.

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionadas com base em cálculos atuariais elaborados anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera a expectativa de vida do participante, o custo de manutenção de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido no valor presente do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement). Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido e a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido, em seus resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social realizado
 Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 837.635, está representado por 837.635.422 ações, com valor nominal de R\$ 1,00.

12.2. Reservas de lucros
 a) Reserva legal
 Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo utilizada em 2017 para absorver parcialmente o prejuízo do exercício, conforme determina o parágrafo único do artigo 189, da Lei 6.404/76.

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O Contrato Social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

12.4. Lucro do exercício
 Em 31 de dezembro de 2019, a companhia apurou lucro de R\$ 159.366, o qual foi integralmente destinado para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados, assim como ocorreu com o lucro apurado em 2018 no montante de R\$ 73.709.

12.5. Resultado por ação

	2019	2018
Lucro atribuído aos acionistas	159.366	73.709
Quantidade de ações	837.635.422	837.635.422
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,19	0,10

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

13. RECEITA DE ARRENDAMENTO

	2019	2018
Recicla bruta de arrendamento	149.838	148.568
Encargos sobre arrendamento	(13.860)	(13.742)
	135.978	134.826

Política contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e a controladora.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita do arrendamento, rendimentos de recebíveis de ativos financeiros, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: TERMOMACACÁ S A
 NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020
 CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.
 Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC6461558EDD0
 Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.
 Pag. 57/60



Termomacacé S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 – Empresa do Sistema Petrobras

14. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	2019	2018
Reembolso de pessoal creditado	3.159	1.491
Reversão/(Perdas) com processos judiciais e administrativos (I)	88.658	(10.928)
Participação nos lucros e resultados	(3.623)	(2.080)
Outros	147	148
Total	88.341	(11.369)

(I) A variação positiva ocorrida no exercício decorre, essencialmente, da reversão da provisão para perdas com processo judicial cível, conforme detalhado na nota explicativa 18.1.

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

15.1. Custo do arrendamento

	2019	2018
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	(30.152)	(30.152)

15.2. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Gastos com pessoal	(7.317)	(5.522)
Depreciação e amortização	(56)	(60)
Serviços, alugueis e outros	(1.394)	(1.275)
Outras	(828)	(1.108)
Total	(9.595)	(7.965)

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2019	2018
Receitas Financeiras	10.259	14.248
Receita com recebíveis de ativos financeiros (I)	10.259	14.221
Outros	—	27
Despesas Financeiras	(94)	(149)
Juros de mora	(61)	(146)
Tarifas bancárias	(37)	(3)
Outros	—	(3)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(2.758)	1.883
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	997	1.229
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (II)	(3.755)	654
Total	7.407	15.982

(I) Menor receita com recebíveis de ativo financeiro, devido, essencialmente, à redução na média dos valores aplicados no FIDC no exercício de 2019, frente à média dos valores aplicados no ano anterior. A redução nos saldos entre os dois períodos é fruto da utilização de recursos, em junho de 2018, com a quitação de parcelamentos fiscais.

(II) Ajuste de atualização monetária dos depósitos judiciais em função da quitação de dívidas, conforme comentado na nota explicativa 18.2.

17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2019	2018
Valores pagos durante o período	—	—
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	5.674	14.405

18. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

18.1. Processos Judiciais Provisionados

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. No período de janeiro a dezembro de 2019, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram pela reversão de estimativa de perda em processo judicial provisionado em 31 de dezembro de 2018 e pela atualização monetária dos processos provisionados, conforme apresentado a seguir:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacacé S.A. com o saldo negativo de CSLI apurado no ano-calendário 2005;
- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e
- Processos civis, destacando-se: pleito sobre rescisão de contrato de construção de módulos da planta termoelétrica.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2019	2018
Passivo não circulante	—	—
Processos fiscais	19.328	18.828
Processos trabalhistas	1.344	427
Processos civis (I)	14.734	104.967
Saldo inicial	35.406	124.222
Adições (Baixas), líquidas	(88.816)	(10.928)
Saldo final	35.406	124.222

(I) Após a localização de respaldos nas evidências encontradas em seu acervo probatório, a companhia decidiu rever sua estimativa de perda referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., por indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacacé. Por conta dessa revisão na estimativa de perda, a companhia registrou, em junho de 2019, uma reversão de provisão para contingência no montante de R\$ 90.740, sendo que parte do valor anteriormente classificado como perda provável, passou a ser classificado como possível (Nota explicativa 18.3).

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2019	2018
Ativo não circulante	—	—
Trabalhistas	10	17.122
Fiscais	7.068	10
Outros	—	(3)
Total	7.078	17.129

A variação no período, decorre basicamente, da baixa de depósitos pela utilização na quitação de parcelamentos junto à Receita Federal. O saldo a recuperar, acréscimo de juros e atualização monetária somaram, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 7.078 (R\$ 17.129 em 31 de dezembro de 2018). A redução de R\$ 10.051 nos depósitos judiciais pode ser explicada, essencialmente pela: redução de R\$ 6.145 no passivo a pagar de REFFIS (nota explicativa 9.1); efeito negativo no resultado de R\$ 3.755 de ajuste de atualização monetária (nota explicativa 16) e R\$ 156 de perda com ações fiscais.

18.3. Processos Judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja relevante a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acréscimos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2019	2018
Cíveis	55.226	—
Fiscais	62.072	60.616
Trabalhistas	7.285	8.216
Total	124.583	68.832

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da TERMOMACACÉ S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e proferiu as seguintes demonstrações financeiras da TERMOMACACÉ S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, assim como as notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2020 e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras.

As demonstrações financeiras foram apreciadas na Reunião de Diretoria Executiva (RDE) nº 051/20, realizada em 19 de fevereiro de 2020, e encaminhadas para apreciação em Assembleia de Acionistas com a seguinte proposição:

Para o lucro líquido apurado no exercício de 2019, no montante de R\$ 159.366 mil, é proposta a utilização integral para absorção parcial de saldo de prejuízos acumulados, conforme art. 189 da Lei nº 6.404/76.

Considerando a opinião emitida sem ressalvas dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, as informações prestadas pelos integrantes da Administração da Empresa e complementadas com comentários sobre o seu desempenho, assegurando que as Demonstrações Financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da TERMOMACACÉ S.A. em 31 de dezembro de 2019, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou favoravelmente à aprovação do Relatório Anual de Atividades da Administração, das Demonstrações Financeiras, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras bem como da proposta de Destinação de Resultado, que inclui a reversão do lucro para absorção dos prejuízos acumulados, cuja matéria será submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS (“GAECO”)

Em sua reunião nº 38, de 14/02/2020, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras manifestou-se no seguinte sentido: Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Termomacacé S.A. (Termomacacé S.A. Exercício 2019). O Diretor Presidente da Termomacacé Wellington Gomes Lucas apresentou as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 da Termomacacé. A Auditoria da KPMG Milena Rosa apresentou os aspectos relevantes na avaliação da KPMG, destacando que emitirão um relatório sem ressalvas e com uma ênfase em “Transações com Partes Relacionadas”. O GAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possíveis.

Descrição dos processos de natureza fiscal Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé 31.12.2019 31.12.2018

1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacacé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido. Situação atual: Em diligência na Delegacia da Receita Federal em Macaé

2) Processos diversos de natureza fiscal 58.220 57.109 Total de processos de natureza fiscal 62.072 60.616

Descrição dos processos de natureza trabalhista Autores diversos 31.12.2019 31.12.2018

1) Concessão de Adicionais e Horas extras. Situação atual: Pagamento de AHR. Aguardando julgamento de AIRR. (I) — 6.108

1) Processos diversos de natureza trabalhista 7.385 2.108

Total de processos de natureza trabalhista 7.385 2.108

(II) AHR - Adicional de Hora de Repouso e Alimentação; AIRR - Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

Descrição dos processos de natureza cível Autor: INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES (Nota explicativa 18.1) 31.12.2019 31.12.2018

1) Ação ordinária de cancelamento de protesto de duplicatas emitidas pela Ré sem comprovação de prestação dos serviços alegados. Situação atual: Foi realizada audiência de instrução para oitiva de testemunha, estando em curso prazo para apresentar alegações finais. 55.226 —

Total processos de natureza cível 55.226 —

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (I) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (II) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para quitar a obrigação, e (III) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contábil a receber - FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Ativo Circulante	—	—
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	15.446	20.098
Contas a receber - FIDC	244.899	135.222
Não Circulante	—	—
Depósitos Judiciais	7.078	17.129
Total	267.424	172.450
Passivo Circulante	1.516	2.336
Fornecedores	1.516	2.336

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contábil a receber - FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora final Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacacé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

Incluem-se, em especial, depósitos bancários, empréstimos e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

19.4. Seguros

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Política contábil sobre Caixa e equivalente de caixa

Incluem-se, em especial, depósitos bancários, empréstimos e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

DIRETORIA EXECUTIVA

WELLINGTON GOMES LUCAS Diretor Presidente ALINE DIAS LEONARDI Diretora Administrativa

ROBSON HONORATO Contador - CRC-RJ 086473/O-7

Base do Parecer do Conselho Fiscal:

Este Conselho, constituído em 2019, analisou os documentos recebidos e utilizou como base para análise as informações disponíveis até a presente data.

Em que pese o posicionamento favorável deste colegiado pela aprovação das demonstrações financeiras e do relatório da administração, julgamos por oportuno enfatizar as seguintes questões observadas durante a análise documental:

- Necessidade de atualização da situação do passivo ambiental e as respectivas ações executadas e planejadas para solução;
- Necessidade de obtenção de licença operacional e seus respectivos compromissos de compensação ambiental junto ao INEA por parte da Termomacacé ou inclusão de cláusula contratual transferindo a responsabilidade para a operadora da planta Industrial;
- Estrutura operacional inadequada às necessidades da Companhia e contratações diretas sem atendimento às exigências da Lei das Estatals nº 13.303/2016;

Rio de Janeiro, 02 de março de 2020.
Victor Wagner Norat Pace Conselho Fiscal CPF: 109.889.197-02 Flávia Valeska Veiga de Oliveira Conselho Fiscal CPF: 033.812.757-71
Viviane de Lima Vilela de Souza Presidente CPF: 052.281.557-08

das informações e recomendou ao órgão competente da Termomacacé a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e da Destinação do Resultado 2019, para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados, conforme os termos apresentados.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020.

Helôisa de Paula Batista Warken Coordenadora

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TERMOMACACÉ S A

NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB O NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0C8552971E9A4CDF51907FC919458C4E0FEC46461558EDD0

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 58/60





Termomacê S.A.

CNPJ Nº 02.290.787/0001-07 – Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Termomacê S.A.
 Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacê S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 das demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ter o Relatório da Administração e as demais informações que acompanham as demonstrações financeiras, em conjunto com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração e a governança da Companhia são responsáveis pela elaboração e adequação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020
KPMG KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6-F-RJ
 Milena dos Santos Rosa
 Contador CRC RJ-100983/O-7

SMARTCOAT - ENGENHARIA EM REVESTIMENTOS S/A				CNPJ/MF nº 09.122.486/0001-05			
RELATÓRIO DA DIRETORIA: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019. Ficamos a inteira responsabilidade por quaisquer esclarecimentos necessários, Rio de Janeiro, 20/04/2020, A Diretoria.				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2019 (Em milhares de reais)			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2019 (Em milhares de reais)				Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Nota	2019	2018		2019	2018		
Ativo	46.261	49.573	Passivo e Patrimônio Líquido	46.261	49.573	Fluxo antes dos impostos	(14,089) (10,418)
Circulante	20.130	24.103	Circulante	4.628	4.765	Depreciação e amortização	3.326 2.378
Caixa e equivalentes de caixa	1 2.303	302	Fornecedores	4.027	14.753	Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	38 -
Contas a receber	2 8.280	13.450	Emprestimos	4.027	14.753	Variação de bens do imobilizado e arrendamentos, atualização de derivativos e encargos arrendamento mercantil	858 1.356
Estoque	28 -	-	Arrendamento financeiro derivativo (swap)	541 -	-	Encargos arrendamento mercantil	193 86
Créditos com funcionários	156 -	-	Partes relacionadas	6.805	3.700	Provisão para honorários de êxito (Reversão) Provisão para devedores duvidosos	406 86
Tributos a recuperar	3 7.946	7.283	Salários e encargos sociais	250	117	Contas a receber	6.063 3.758
Adiantamentos	-	320	Tributos a pagar	1.326	1.029	Estoque	(28) -
Despesas antecipadas	1.381	2.738	Outras contas a pagar	4.181	7.321	Tributos a recuperar	(663) (5.410)
Outros ativos circulantes	36 11	-	Salários e encargos sociais	29.399	5.840	Outros ativos e despesas antecipadas	1.401 2.321
Não Circulante	26.131	25.469	Fornecedores	1.505	4.172	Fornecedores	8 1.641
Títulos e valores mobiliários	-	46	Emprestimos	2.130	-	Salários e encargos sociais	(3.133) (1.366)
Tributos diferidos	5 6.329	8.935	Arrendamento financeiro derivativo (swap)	24.788	1.243	Tributos a pagar	133 (392)
Partes relacionadas	2.656	2.900	Partes relacionadas	3.115	1.243	IR/CS passivo	(234) 1.343
Depósito judicial	95 -	-	Provisão para riscos	6 16.610	16.610	Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(6.620) (3.218)
Imobilizado e intangível	4 17.052	13.589	Capital	(22.177)	(5.567)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	46 (46)
			Capital acumulado	(22.177)	(5.567)	Resgate(aquisição) de títulos e valores mobiliários	(3.742) (3.927)
						Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	58 -
						Caixa Líquido Gerado (Reduzido) pelas Atividades de Investimentos	(3.638) (3.973)
						Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento	
						Captação de empréstimos	4.919 14.001
						Amortização de empréstimos	(14.417) (7.359)
						Operação de duplicatas descontadas	(1.128) 3.409
						Amortização arrendamento mercantil	(668) -
						Juros pagos	(938) (1.059)
						Amortização de swap	245 (2.900)
						Mutuo a receber	26.650 4.943
						Mutuo a pagar	- (3.890)
						Ajuste adoção inicial CPC 48 no PL	12.258 7.456
						Caixa Líquido Aplicado na Atividade de Financiamento	2.001 2.767
						Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa, Líquido	302 35
						Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.303 302
						Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.605 337

GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.				CNPJ/MF 30.526.602/0001-48				
Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Atendendo às determinações legais e estatutárias, vimos submeter a vossa apreciação a prestação de contas referente ao exercício encerrado em 31/12/2019, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, elaborados de acordo com a legislação societária em vigor. A Diretoria fica à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2020, A Administração.				Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro (Em R\$ Mil)				
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em R\$ Mil)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro (Em R\$ Mil)				
ATIVO	2019	2018		Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro	Reserva de Resultados	
Circulante	5.619	6.035	Despesas/receitas operacionais	2019	2018	Resultado financeiro	2019	2018
Disponível	82	179	Recursos de operações	(1.174)	(1.705)	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-5.158	-0,842
Contas a receber	4.142	3.012	Recursos de dividendos	-	9.847	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	38.690	58,618
Tributos a recuperar	1.395	2.864	Resultado de equivalência patrimonial	(1.174)	8.052	Imposto de renda e contribuição social	(865)	(1,126)
Não Circulante	247.109	252.806	Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	34.709	39.922	Lucro líquido do exercício	37.725	57.490
Investimentos em coligadas	245.288	250,935						
Imobilizado	1.821	1.871						
Total do ativo	252.728	258.861						
PASSIVO	2019	2018						
Circulante	1.382	2.377	Saldo em 31/12/2017	46.037	10.733	36.193	9.207	128.919
Contas a pagar	1.382	2.377	Lucro líquido do exercício	-	939	(78)	(246)	37.725
Não Circulante	25.395	25.395	Ajustes Reservas em Coligadas por Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(37.725)
Contas a pagar	25.395	25.395	Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(43.458)
Patrimônio Líquido	225.971	231.089	Saldo em 31/12/2019	46.037	11.672	36.115	9.207	122.940
Capital social	46.037	46,037						
Reservas de capital	11.672	10,733	Caixa líquido de atividades operacionais	2.433	49.765	Caixa líquido atividades de investimento	40.928	(12,196)
Reservas de avaliação	36.715	36,193	Caixa gerado nas operações	3.109	17,652	Aumento de investimentos	-	(33,564)
Reserva legal	9.207	9,207	Lucro líquido do exercício	37.725	57,490	Aquisição de bens do imobilizado	(43)	11
Reserva de lucros a realizar	122.940	128,919	Resultado de equivalência patrimonial	(34,709)	(39,922)	Dividendos a receber	46	11
Total do passivo e patrimônio líquido	252.728	258,861	Depreciação	93	94	Caixa líquido atividades de financiamento	40.928	619
			Variação nos ativos e passivos	(676)	32,103	Caixa líquido atividades de financiamento	(43,458)	(37,568)
			Contas a receber	(1,133)	(1,705)	Dividendos pagos	(43,458)	(37,568)
			Títulos e valores mobiliários	-	33,654	Disponibilidades das disponibilidades	197	176
			Tributos a recuperar	1,469	(1,198)	Disponibilidades: No início do exercício	82	179
			Contas a pagar	(1,015)	1,475	No fim do exercício	197	1

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2020. ISRAEL KLABIN - Presidente, ROBERTO CARLOS BOCAFOLI RIGHI - Contador CRC - RJ 075.664/0-0.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: TERMOMACÊ S A
 NIRE: 333.0033003-8 Protocolo: 00-2020/122766-5 Data do protocolo: 22/07/2020
 CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 09/09/2020 SOB o NÚMERO 00003930713 e demais constantes do termo de autenticação.
 Autenticação: 8B6690B914E0AB2F0CB552971E9A4CDF51907FCJ919A458C4E0F6C4641558EDD0
 Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
 Pag. 59/60



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TERMOMACÁE S A, NIRE 33.3.0033003-8, PROTOCOLO 00-2020/122766-5, ARQUIVADO EM 09/09/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003930713, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome
✓ 257.618.868-04	WELLINGTON GOMES LUCAS
✓ 028.746.887-97	FRANCIS LONGO CORTAZIO CORREA

09 de setembro de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

1/1